

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CIÊNCIAS SOCIAIS

GABRIEL PRICHOA SCAPINI

Getúlio Vargas e o Pensamento Político Brasileiro

FLORIANÓPOLIS

2020

Gabriel Prichoa Scapini

Getúlio Vargas e o Pensamento Político Brasileiro

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Virgolino da Silva

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Scapini, Gabriel Prichoa
Getúlio Vargas e o Pensamento Político Brasileiro /
Gabriel Prichoa Scapini ; orientador, Ricardo Virgolino da
Silva , 2020.
77 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

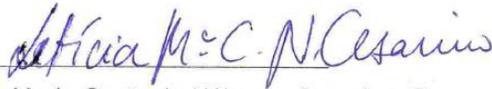
1. Ciências Sociais. 2. Pensamento Político Brasileiro.
3. Positivismo. 4. Getúlio Vargas. 5. Positivismo no
Brasil. I. , Ricardo Virgolino da Silva. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais.
III. Título.

Gabriel Prichoa Scapini

Getúlio Vargas e o Pensamento Político Brasileiro

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do
Título de Bacharelado em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo
Curso de Graduação em Ciências Sociais

Florianópolis, 06 de Março de 2020.



Profª. Leticia Maria Costa da Nóbrega Cesarino, Dra.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Prof. Ricardo Virgilino da Silva, Dr.
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Tiago Bahia Losso, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina



Doutorando Roger Gustavo Manenti Laureano.
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado ao meu irmão e aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, sem a qual nada disso seria possível, pelo apoio e compreensão em todo o período necessário para a construção da minha vida acadêmica, especialmente a minha mãe Ilce e meu pai Altair sem esquecer, é claro, do meu irmão Rafael. Sou grato pela minha história e pela deles, por tudo que me ensinaram e pelos exemplos que me deram. Outro agradecimento, mas não menor que o último, dedico a minha namorada Danielle com quem muito aprendi e aprendo todos os dias, obrigado por preencher minha vida e me incentivar em cada passo dado.

As amizades que construí durante minha formação não poderiam ficar sem agradecimento. Por isso agradeço a todos meus colegas da graduação, em especial Vinicius, Saleh, Luis, Paulo, Larissa e Louise. Agradeço aos colegas membros do Núcleo de Estudos do Pensamento Político (NEPP) e Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS).

Agradeço aos professores que passaram pela minha vida até aqui. Em especial aos Professores que compõem o NEPP, Ricardo Silva, Tiago Losso, Marcos Valente e Jean Castro, pelas aulas que despertaram meu interesse pela política e pelas conversas de que tornaram este trabalho possível. Aos professores do NPMS em especial a Lígia Lüchmann e Julian Borba com quem tive o prazer de trabalhar como bolsista e que muito me ensinaram sobre pesquisa e sobre o Brasil. Aos meus amigos da Coordenadoria de Curso de Graduação da Engenharia de Produção e Sistemas Alexandre Daniel Scheidt e Carlos Henrique Tavares de Souza, com quem tive o prazer de trabalhar, por me ensinarem o valor e a importância do serviço público, sendo exemplos de sua boa prestação.

Por fim agradeço a sociedade brasileira por financiar minha formação durante todo esse processo.

“O sinal da grandeza está, para Nietzsche, na capacidade de dar a direção. No Sr. Getúlio Vargas a consciência dessa faculdade é evidente: os homens que estão no poder fazem a história, deixando aos que se acham fora dele o trabalho de contá-la. Uma vez possuindo a intuição do seu futuro, cada um é senhor de realizá-lo: um dia, descobrindo-nos, sentimos a secreta relação; daí por diante somos os professores ou mestres do nosso próprio destino.” – Ernani Reis, 1939

“Que homem de gênio não é obcecado por um sentido de missão?” - Fernando Pessoa, Aforismos e Afins

“Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória” - Machado de Assis, Teoria do Medalhão

RESUMO

Este trabalho é constituído pelo esforço de circundar o pensamento político, não o pensamento de um autor específico ou intelectual estabelecido no âmbito acadêmico, mas o pensamento de um ator político de primeira grandeza, uma figura histórica. Sem nos legar um pensamento político, de forma direta, Getúlio Vargas foi um político fecundo no campo da prática. Desta maneira busca-se neste trabalho destrinchar as ideias e a filosofia que deram base as suas ações práticas, com isso entendendo seu projeto político, seus discursos e a sua visão de mundo. Pretende-se explicitar a filosofia chave para entender o pensamento de Vargas, o positivismo, corrente filosófica de origem francesa desenvolvida por Augusto Comte. Utiliza-se o conceito de pensamento político, conforme estabelecido por Raimundo Faoro em 1987. Objetiva-se distinguir pensamento político de ideologia e também da filosofia política propriamente. Observando o período de formação de Vargas se pretende entender como a filosofia positivista - entendida em uma de suas interpretações, a do Partido Republicano Riograndense - influenciou Getúlio. Pretende-se atentar também para os discursos de Vargas nos anos iniciais do Estado Novo para perceber a influência positivista e como ela ainda aparecia na maturidade do político, tanto em seu vocabulário quanto nas ideias sobre a política.

Palavras-chave: Pensamento Político Brasileiro; Positivismo; Positivismo no Brasil; Getúlio Vargas; Estado Novo.

ABSTRACT

This paper is constituted by the effort to surround the political thought, not the thought of a specific author or intellectual established in the academic scope, but to study the thought of a historical figure. Without giving us a political thought, directly, Getúlio Vargas was a fruitful politician in the field of practice. Thus, this paper seeks to throw the lights on the ideas and philosophy that underpinned its practical actions, thereby understanding its political project, discourses and worldview. The key philosophy for understanding Vargas's thinking is the positivism, a philosophical current of French origin developed by Augusto Comte. In turn, the main concept is political thought, that is used as established by Raimundo Faoro in 1987. The aim is to make clear the difference between political thought from ideology and also from political philosophy. Observing Vargas' formation, one intends to understand how the positivist philosophy - understood in one of its interpretations, that of the Republican Party of Rio Grande do Sul - influenced Getúlio. Attention should also be paid to Vargas' discourses in the early years of the Estado Novo to see if the positivist influence still appeared from the politician's maturity, both in his vocabulary and in his ideas about politics.

Keywords: Brazilian Political Thought; Positivism; Positivism in Brazil; Getúlio Vargas; Estado Novo period.

Sumário

Introdução.....	11
O Pensamento Político	13
Pensamento Político e a Filosofia Política.....	16
Ideologia e Pensamento Político	20
A Filosofia Positiva de Comte	28
O Positivismo Brasileiro	35
O Positivismo Riograndense.....	40
Getúlio Vargas	45
O Período de Formação	46
O Estado Novo e o discurso positivista	55
Conclusão:.....	71
Bibliografia:	75

Introdução

Qual o papel das ideias na construção da sociedade como a conhecemos? Como pensamentos, conceitos e ideias de outrora emergem no nosso momento presente? E mais ainda como essas ideias conseguem modificar nossa realidade? Se é que conseguem. Entender como tratar essas questões é um desafio em si. As grandes reflexões sobre a política se propagam através de tratados, textos e outras formas artísticas. Mas e aos seus leitores? Que papel os cabe? Irrradiados pela luz de um pensamento, seja ele qual for, o que fazemos? Uma ampla literatura se dedicou a esta questão, nos mais diversos períodos históricos. Especialmente no pensamento moderno. Reflexões sobre a ideologia, a filosofia e os sistemas de pensamento tomaram corpo significativo nos diversos campos das ditas ciências humanas.

Este trabalho parte de uma reflexão similar. A questão que norteia esta investigação é qual o papel do pensamento, das ideias e dos conceitos na construção do ideário de políticos proeminentes e como isso é refletido na história de seu tempo? Tarefa nada fácil, mas que como questão inicial se mostrou válida. A aproximação deste tema ocorreu de recorte em recorte. Lapidando cada vez mais a questão norteadora, até se materializar neste trabalho de conclusão de curso. A ideia de destrinchar o pensamento de um líder político proeminente aparenta, desta forma, ser um caminho fecundo para entrar nesta questão. Optou-se por partir de Getúlio Vargas pelo seu sucesso político no seu período de vida e pela mística que se criou em torno de sua figura, sem falar na ampla quantidade de material produzido sobre este político que foi o primeiro civil a frente de um regime ditatorial no Brasil. Desta maneira se busca entender as fontes do pensamento de Vargas sobre a política.

O ponto de partida analítico que possibilitou este trabalho parte do conceito de Pensamento Político no sentido em que é explorado por Raimundo Faoro em seu texto “Existe um pensamento político brasileiro?” publicado em 1987. Tal conceito vai ser objeto de explicação no primeiro capítulo deste texto. Buscando dar base ao trabalho como um todo. Se dá através da distinção entre conceitos aparentemente similares, o conceito de pensamento político será estabelecido através da distinção entre este e o conceito de ideologia e a distinção entre pensamento político e filosofia política.

O capítulo seguinte trata da Filosofia Positivista buscando analisar esta como uma fonte de referências políticas para a formação do pensamento de Getúlio,

buscando entender quais os temas principais desta filosofia, a forma como se disseminou no Brasil e como constituiu um movimento político significativo no Rio Grande do Sul, terra natal de Getúlio e ambiente de sua formação. Esse capítulo irá se constituir a partir da literatura que trata do positivismo enquanto filosofia e do positivismo enquanto movimento intelectual e político estabelecido no Brasil.

No capítulo terceiro é que nos aproximaremos do nosso objeto de forma mais direta, nele se busca entender Getúlio Vargas. Tal tarefa se dá pela exploração de sua formação. Nos âmbitos tanto da formação intelectual quanto da formação política em si. Para além de sua formação buscou-se também identificar nos discursos de Getúlio a presença do vocabulário de das ideias que tem seu embrião no pensamento positivista. Dessa maneira, no terceiro capítulo se explicitará o jovem Getúlio e suas ideias e se há remanescentes destas ideias na sua maturidade política.

O Pensamento Político

O título deste trabalho se constitui como “Getúlio Vargas e o Pensamento Político Brasileiro”. Há nessa oração dois elementos centrais que estão ligados. O primeiro termo “Getúlio Vargas”, é um nome próprio que remete a figura histórica que é, ao fim e ao cabo, o objeto principal deste estudo. O segundo termo “Pensamento Político Brasileiro” se refere a um conjunto abstrato e arbitrário de ideias com o qual o primeiro termo terá uma relação íntima, além de, nesse caso especificamente, servir de ferramenta para entender nosso objeto. O termo “Pensamento Político Brasileiro” é interessante ao contexto específico deste texto por seu duplo caráter de sentido, o primeiro mais geral e o segundo específico, que o complexifica pela discussão que o envolve.

O pensamento político brasileiro é primeiramente abstrato e arbitrário na medida em que é estabelecido a *posteriori*, a partir de uma perspectiva histórica das ideias, como um conceito que visa caracterizar um conjunto de pensadores, não necessariamente homogêneo, a partir de critérios temático e geográfico. O termo é utilizado para caracterizar brasileiros refletindo sobre o Brasil. Segundo Faoro o processo de legitimação de um pensamento político brasileiro estaria diretamente relacionado à presença de “um quadro cultural autônomo, moldado sobre uma realidade social capaz de gerá-lo ou de com ele se soldar” (FAORO, 1987). A existência de um quadro cultural autônomo permite o uso de “estruturas intelectuais e categorias teóricas, a partir das quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada” (BRANDÃO, 2005, p.6-7), sendo estes os parâmetros mais gerais do termo pensamento político brasileiro.

Por sua vez o pensamento político também é entendido como ferramenta conceitual, de definição de parâmetros, e por tal característica é o ponto chave nesta parte inicial do trabalho. É entendido como ferramenta pois devido ao fato do objeto de pesquisa, Getúlio Vargas, não ser um pensador típico¹ da política brasileira como o são Florestan Fernandes, Raimundo Faoro, Oliveira Vianna e outros categorizados nessa disciplina. O conceito de pensamento político auxiliará na circunscrição teórica, na sistematização do conjunto de ideias referentes à política que se identificará como sendo de Getúlio Vargas, a partir dos seus discursos e do seu pertencimento à linhagem da filosofia positivista.

¹ Se entende aqui como pensador típico aqueles que por meio de escritos, sejam livros, artigos ou ensaios, nos legaram uma reflexão sobre o Brasil.

Lapidar o conceito de pensamento político é a tarefa principal desse capítulo. Se optou pelo uso desse termo devido a sua amplitude conceitual. O pensamento político, no sentido ao qual se visa destacar, foi apresentado por Raimundo Faoro² no seu texto “Existe um pensamento político brasileiro?” publicado originalmente em 1987. No texto escolhido o autor se preocupa em dar densidade teórica ao estudo sobre as ideias e suas influências na formação do quadro político nacional, nessa medida a discussão que Faoro apresentou foi uma discussão que utiliza como ferramental principalmente a história buscando entender para além dos processos de continuidades e mudança de forma ampla, a constituição de bases intelectuais que influenciaram ações políticas em âmbito nacional. Isso é feito a partir de um termo chave denominado por ele como pensamento político. Faoro partindo de dados históricos tenta demonstrar os processos dialético de formação das ideias e, sobretudo, dos projetos de ação política no Brasil desde o tempo colonial. Os processos de mudanças políticas e econômicas durante a história que envolve o Brasil, desde que era parte colonial de Portugal, são marcados por disputas de projetos políticos, e conseqüentemente de pensamentos políticos. Estas disputas se deram na medida em que tentam se estabelecer pela prática, pela aplicação. Explicitar as ideias como orientadoras da ação prática são o cerne do que o pensamento político tenta elencar.

O texto de Faoro se destaca por sua proposta conceitual mais aberta e foi escolhido durante o processo de levantamento bibliográfico de conceitos e métodos que pudessem guiar o processo exploratório sobre Getúlio Vargas, que estando na condição de um agente histórico não teve uma preocupação em deixar uma produção teórica formal sobre suas ideias no formato de artigos ou livros, mas que nos legou sobre outras formas, tornando possível sistematizá-lo. Na perspectiva de Faoro “o pensamento político extrema o pensamento, o pensamento caracterizadamente político, da ideologia e da filosofia política, entendida nesta locução também a ciência política, mais por motivos de conveniência do que de rigor conceituais” (FAORO, 1987, p.1) sem se delimitar por esses parâmetros.

Segundo Faoro o pensamento político se expressa primariamente pelo termo “pensamento” estabelecido por ele de forma dicionarizada como “o que se tem *em*

² O icônico jurista, historiador e cientista político brasileiro reconhecido na esfera acadêmica por seu livro “Os Donos do Poder” (2000 [1958]), que apresenta sua análise sobre a constituição do estado brasileiro sob a chave do patrimonialismo.

mente, quando se reflete com o propósito de conhecer algo, de entender alguma coisa e quando se delibera com o fim de tomar uma decisão” (FAORO, 1987, p.1) nesse sentido pensamento político se refere primariamente ao que se tem em *mente* quando se pratica a política de modo amplo, ao conjunto de ideias que capacitam o agente orientando em sua tomada de decisão. Contudo o pensamento político, segundo Faoro, não é uma simples conversão dos termos ideologia ou filosofia política "Pode haver — e freqüentemente há — pensamento político que não é ideologia e que não é ciência e filosofia política” (FAORO, 1987, p.1). Mediante tal separação é necessário dar algumas explicações.

Devido às particularidades do objeto tratado, conceitos tradicionalmente utilizados para sistematizar conjuntos de ideias, como ideologia ou filosofia, apresentam limitações analíticas que podem ser superadas pelo termo em questão (pensamento político). Pensando no caso deste trabalho em específico se pretende elencar, no capítulo seguinte, Getúlio Vargas como parte da corrente política do positivismo gaúcho, que vai de Júlio de Castilhos, passando por Borges de Medeiros até chegar em Vargas. Tais agentes históricos foram políticos de renome em sua região e em seu tempo, mas não são categorizados como pensadores da política. Tornando difícil uma abordagem de suas ideias que não decaía num exercício biográfico. Nessa medida o conceito de pensamento político serve para categorizar esses agentes percebendo-os como produtores de reflexão, que interpretam a realidade e que sobre ela agem. Não obstante tentar utilizar termos como filosofia ou ideologia para se referir a estes agentes implicam limites que dificultam essa análise. Questionamentos como: como definir a filosofia de Getúlio Vargas sem que haja escritos filosóficos? Ou como entender qual era sua ideologia? Implica uma série de outras reflexões e esforços que modificariam de forma significativa o recorte do trabalho. O que pretende-se neste trabalho é argumentar como agente políticos podem ser também produtores de conhecimento político, de pensamento político. Que as teorias expressas pela filosofia política possam ser entendida como base intelectual da prática e que a prática política possa ser expressa sem decair, necessariamente, na definição de ideologia. Por isso a definição de pensamento político necessita ser esclarecida, pois a partir desta definição se torna possível circundar e formular o pensamento político de Vargas.

Como apresentado por Faoro o pensamento político não é um sinônimo da filosofia política ou da ideologia, cada um dos conceitos tem seus focos, pelo menos

dentro dos seus limites de definição. Contudo o pensamento político também não é entendido como completamente alheio a filosofia política ou a ideologia, mas como um termo que engloba parte deles, que expande os limites, modificando por consequência seu foco. Por esse motivo na sequência deste ponto focamos no estabelecimento das principais diferenças e aproximações, entre os termos apresentados, primeiro entre pensamento político e filosofia política e na sequência entre pensamento político e ideologia. Visamos ao fim, por meio dessas comparações, tornar claro ao leitor o conceito de pensamento político.

Pensamento Político e a Filosofia Política

Ao discutir a diferença entre pensamento político e filosofia política Faoro se baseou no livro de Leo Strauss e Joseph Cropsey (2013) “História da Filosofia Política” essencialmente se voltando ao seu texto de abertura, de autoria de Leo Strauss (1899-1973), filósofo teuto-americano de origem judaica. Leo Strauss apresenta-nos que na perspectiva contemporânea a filosofia política é entendida em oposição a ciência política e tal distinção se baseia na oposição entre filosofia e ciência resultante dos processos de revoluções intelectuais que ocorrem por volta do século XVII (STRAUSS, 2013, p.1). No período tal distinção obteve êxito especial no campo das ciências naturais gerando uma divisão significativa entre os campos do conhecimento, por sua vez a separação da ciência política é resultante também desses mesmos processos pois têm fundamento na concepção que busca “realizar uma ciência natural da coisa política” (STRAUSS, 2013, p.1) diferenciação que, conforme apontado pelo autor, não existia tradicionalmente.

Strauss indica que a filosofia política não pode ser entendida como um sinônimo de pensamento político³, pois “o pensamento político é contemporâneo a vida política” (STRAUSS, 2013, p.1). O filósofo teuto-americano argumenta que a filosofia política remonta a um período histórico específico, um modo de produzir conhecimento específico e é “resultado de uma vida política específica” (STRAUSS, 2013, p. 1), ou nos termos que estamos utilizando, de um pensamento político específico. Resultando de uma visão de mundo e de percepções sobre a realidade que se definem em sua particularidade.

³ Acredito que a concepção de pensamento político, pelo menos em sua forma primária, proposta por Faoro, tem influência também desse texto de Strauss enquanto nomenclatura ao campo de análise coevo a vida política. Faoro não nos apresenta de que fontes retirou tal conceito, mas provavelmente provém da leitura de Strauss em História da Filosofia Política

Strauss comenta que para nos debruçarmos sobre a filosofia política devemos retornar aos seus fundadores na Grécia antiga; Sócrates, Platão e Aristóteles. Sócrates foi mestre de Platão que por sua vez foi mestre de Aristóteles, nesse esquema a linhagem da filosofia política clássica se apresenta e são as ideias desses autores que a definem como tal. Segundo Strauss o modelo clássico não se limita apenas a Platão e Aristóteles contemplando também estoicos e escolásticos, sendo a estrutura de pensamento dominante até por volta dos séculos XVI e XVII, quando teóricos do período conscientemente (interpretação de Strauss) rompem com tal tradição (STRAUSS, 2013, p.1).

Sócrates não foi o primeiro filósofo, segundo Strauss. Aristóteles apresenta os primeiros filósofos como “aqueles que discursavam sobre a natureza” (2013, p. 2), a *physis*, distinguindo-os daqueles que discursavam sobre as coisas divinas, o tema primeiro da filosofia, dessa perspectiva, seria então a natureza. Por natureza o autor se refere ao “caráter, a forma e o modo como uma coisa age” (STRAUSS, 2013, p. 2), coisas essas que não são produtos do homem, tampouco dos deuses. Por natureza, também se entende como o modo normal das coisas de ser, o sentido de crescimento das coisas, que deve ser descoberto e esse é o trabalho dos filósofos.

Strauss aponta que aos grupos humanos há também uma natureza que é diferente daquilo que os homens definem através de suas leis ou convenções. Dessa forma as questões da filosofia política clássica são questões que visam entender dentro das sociedades humanas o que é por natureza e o que é por convenção⁴. Através da conversa, dos processos de diálogos, partindo das opiniões consensuais, Sócrates partia das convenções estabelecidas pela cidade e pelas leis buscando se aproximar de uma resposta a questões fundamentais, se aproximando por esse meio da natureza da humanidade. Opiniões podem ser e geralmente são contraditórias o caminho do conhecimento estaria em transpassar essas opiniões consensuais. Seguindo por essa via Sócrates, e os filósofos, poderiam chegar até a natureza das coisas humanas.

A razão pela qual Sócrates se torna fundador da filosofia política emerge do caráter de suas questões, posta em seus diálogos. Ele indaga “O que é?” para

⁴ Se busca na tradição clássica entender se a política ou a justiça ou o bom, ou seja, qual for o tema em questão é algo puramente convencional ou se baseia numa natureza, num modo de ser, num caráter humano fundamental

tudo, “O que é a justiça?”, “O que é o belo?”, etc. Buscando, dessa forma, a natureza do objeto humano, sua forma e seu caráter. Segundo Strauss, para a filosofia, o conhecimento do todo é o conhecimento do caráter, da natureza, modo normal de ser de cada uma das partes que compõem o todo. Assim sendo as coisas políticas são essencialmente diferentes das não políticas, ou seja, tem um caráter, um princípio próprio que pode ser estudado e conseqüentemente descoberto. Para Strauss, Sócrates levou a sério o conceito de natureza percebendo, sobretudo, que há uma relação direta com as ideias e as formas (STRAUSS, 2013, p.4). Sócrates não é fundador da filosofia, tampouco se afasta das questões sobre a natureza das coisas a que se dedicavam os primeiros filósofos, entretanto buscou através dos seus diálogos desvendar a natureza das relações entre os homens pois “não se pode compreender a natureza do homem sem se compreender a natureza da sociedade humana” (STRAUSS, 2013, p.5), buscando por essa via a natureza da política.

Apesar de não ter formalizado seu conhecimento em escritos os ensinamentos de Sócrates fundam o estudo da natureza das relações entre os homens ou, em outras palavras, a filosofia política, que se estabelece formalmente em Platão primariamente e depois em Aristóteles. Ao se tratar do pensamento político a linha filosófica política clássica se estrutura através de uma formalização de parcela significativa do pensamento político do período, mas não expressa sua totalidade, conjunto a que por vezes não temos acesso completo. O modelo analítico que ali se cria fundamenta-se na sistematização dos estudos das ideias e das formas, sobre a natureza das coisas humanas expressa pela forma escrita. Pode-se afirmar que as formulações teóricas representam de forma significativa o pensamento político, que é contemporâneo à vida política, ainda mais se percebermos pelo conjunto de debates que o envolve, e pela reconstrução do seu sentido primário, como é contemporaneamente bem apontado pelo contextualismo linguístico de Skinner (2005). Contudo, para Faoro (1987), reduzir o pensamento político a filosofia política é reduzir a realidades a certas ideias que podem exercer sobre ela influência participando da dialética social em diversos níveis.

O modelo filosófico clássico é explicitado em sua forma primeira em Platão, para quem a realidade seria mero reflexo das ideias perfeitas e puras e os mais capacitados de alcançá-la são os que deveriam estar à frente do governo (PLATÃO, 2006, livro V). “Trata-se de uma identificação que, na realidade, oculta o predomínio do logos sobre a *praxis*” (FAORO, 1987, p.1) de que a política pode ser irrestritamente

modificada pela atividade humana, partindo da filosofia política quase como um modo de estabelecer um projeto arquitetônico da dimensão humana. Tal redução acompanha também uma redução histórica, resumindo a história à história das ideias, reduzindo as revoluções e processos sociais a ideias originais⁵. A distinção fundamental entre o pensamento político e a filosofia política é justamente a distinção entre, respectivamente, prática e teoria. Para expressar tal distinção Faoro evoca Tocqueville, que segundo ele soube perceber a distinção entre ambos os conceitos, analisando o caso da França pós-revolução:

Acima da sociedade real, cuja constituição era ainda confusa e irregular, onde as leis permaneciam divergentes e contraditórias, as hierarquias estanques, fixas as condições e desiguais os encargos, construía-se, pouco a pouco, uma sociedade imaginária, na qual tudo parecia simples e coordenado, uniforme, equitativo e conforme à razão (TOCQUEVILLE apud FAORO, 1987, p.2)

A filosofia política sob a forma das ideias puras ordena a realidade num princípio de linearidade direta no qual os processos se tornam claros, lógicos e por vezes simples. Por outro lado o pensamento político é uma expressão da dialética social ainda não formulada, dos processos sociais contingenciais e por vezes irracionais pois em “certos momentos, o pensamento político se expressa melhor na novela do que no discurso político, mais na poesia do que no panfleto de circunstância” (FAORO, 1987, p.15)⁶. O estudo da filosofia política não é de forma alguma problemático, afinal se o fosse não haveria sentido de perdurar enquanto fonte de conhecimento pleno. Conhecimento que tanto nos influenciou e ainda influencia. O que se pretende elencar nesse ponto são as limitações do conceito, ainda mais quando o objeto não se expressa sob formas sistematizadas, como é o caso desse trabalho. No decorrer dessa obra se perceberá que é na filosofia política o nosso ponto de partida, as ideias são fundamentais pois são ela que capacitam os agentes políticos, mas que no decorrer das ações e nas contínuas tentativas de aplicação das ideias ocorre uma modificação na prática podendo até ganhar dimensões contraditórias (fato que com frequência ocorre). O pensamento político nos coloca mais próximo ao campo da prática.

⁵ O autor usa como exemplo a revolução russa, que nesse esquema poderia ser resumida ao Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels (2014 [1848]). A concepção e a forma do estado da URSS (União das Repúblicas Socialista Soviética) seria a única aplicação possível das ideias de Marx.

⁶ Como exemplo se pode pensar que Esaú e Jacó (1904) de Machado de Assis nos apresenta uma percepção crítica sobre a transição do Império para a República de forma tão incisiva quanto, e por vezes mais compartilhada publicamente, que algum manifesto produzido por uma das correntes do movimento Republicano.

Construiu-se até aqui uma distinção entre teoria e prática na política, nessa perspectiva o pensamento político se relaciona com a dimensão prática da política. Entendendo que a dimensão da teoria também possui relevância, mas não é o ponto central de nossa discussão. O pensamento político habita nas ações diretas ou indiretas de agentes, existindo sob a forma da dialética social. Contudo ao se pensar a condição prática da política se utiliza, já como termo consolidado, a noção de ideologia. Como foi apresentado, ocorre também uma diferenciação entre a ideologia e pensamento político. Apesar de ambos os termos tratarem da dimensão prática os conceitos não são sinônimos. A essa relação se dedicarão algumas linhas agora.

Ideologia e Pensamento Político

“O pensamento político atua deformando-se na ideologia” (FAORO, 1987, p.10). Tal premissa apresentada por Faoro é o ponto de partida para este momento do texto. Deformar implica uma mudança na forma, mudança essa carregada por um caráter negativo, o autor coloca através desse apontamento que o pensamento político perde sua forma ou formas, se desfigura tornando-se essa outra coisa, uma coisa deformada, a ideologia. Faoro ainda argumenta:

No estado puro, as idéias e representações produzidas pela consciência expressam diretamente a "atividade material e o comércio material dos homens, como a linguagem da vida real as representações, os pensamentos, o comércio espiritual dos homens se apresentam, nessas circunstâncias, como emanção direta de seu comportamento material (MARX e ENGELS, 1959, p. 25 apud FAORO, 1987, p.10-11)⁷

O comércio espiritual elencado por Marx e Engels que Faoro faz questão de citar se refere ao conjunto de ideias, representado pelo pensamento político que resulta da relação com a realidade que por vezes pode ser capturado pela ideologia.

⁷ Marx e Engels a partir de sua visão materialista da história entendem os processos ideológicos, por vezes, como resultante de um arranjo econômico das forças produtivas, não que esse seja o entendimento também de Faoro como o recorte da citação pode vir a apontar. O que está elencado são processos de vida como produtores também de processos de pensamento, de circulação de ideias não de forma direta e consequencial, mas dinâmica. No texto, logo após a citação de Marx, Faoro nos apresenta um exemplo prático dos fazendeiros paulistas que no período de decadência do sistema colonial, para quem o rompimento da exclusividade comercial com Portugal foi entendida com uma situação vantajosa contudo isso não significou necessariamente o avanço de uma ideologia liberal por conta dos rearranjos produtivo na economia, mas resultante do processo de vida através do qual se compreendeu que do ponto de vista comercial era muito mais vantajoso realizar suas trocas com um mercado aberto e mais ativo que o anterior. Do ponto de vista político se mostravam defensores de um projeto liberal (FAORO, 1987, p.11). Essa explicação é necessária pois Ricardo Silva (2004) dedica algumas páginas as contribuições marxistas de ideologia que serão apresentadas nas próximas páginas mostrando diferenças dentro dos próprios escritos de Marx e que tal distinção mesmo não sendo elencada por Faoro contribui para a composição do conceito.

Nesse esquema a política, o direito, as leis traduzem o “processo de vida real” dos homens, entretanto ao deformar-se na ideologia o pensamento ganha uma nova dimensão interessante e interessada por sua eficácia pública. Para discutir o conceito de ideologia, no qual Faoro não se aprofunda da forma que talvez fosse necessária para esse texto, se utilizará de forma complementar o trabalho de Ricardo Silva “A ideologia do estado autoritário no Brasil” (2004) no qual ele dedica uma parte em específico para a discussão do conceito em questão. Tal medida é tomada em primeiro lugar pois há bastante proximidade entre as citações de ambos os autores, contudo o conceito de ideologia é trabalhado de forma mais aprofundada por Ricardo Silva, em segundo lugar pois ambos utilizam para se debruçar sobre análises do Brasil e no cerne os conceitos possuem definições próximas. O objetivo deste trecho é então reconstruir de forma resumida o conceito de ideologia explorado por Ricardo Silva para ao fim comparar e apontar a distinção entre os termos proposta nesse subtópico.

Silva no segundo capítulo de seu livro, busca discutir justamente o conceito de ideologia, enfrentando a tarefa complexa de definir um conceito tão amplamente trabalhado pelas ciências sociais. A partir de uma retomada histórica do conceito ele apresenta as mudanças interpretativas do termo, a noção de ideologia para o autor é complexa pois está “dotada de uma polissemia que lhe confere significados diversos, conforme a tradição em que se fundamenta e de acordo com o contexto em que é utilizada” (SILVA, 2004, p.31). Segundo ele o conceito nasce no século XVIII, e tem nacionalidade francesa, sendo utilizado originalmente pelo filósofo Destutt de Tracy, iluminista expoente da escola enciclopédica, que o definiu de forma literal como a “ciência das ideias” (SILVA, 2004, p.32), De Tracy buscou no estudo da ideologia desvendar as leis gerais que regem as ideias⁸. Suas propostas de estudos no campo da ideologia fizeram com que de Tracy obtivesse atenção do próprio Napoleão Bonaparte, levando a ideologia a ter destaque no projeto de reconstrução do estado francês. Contudo tão logo o projeto ideológico entrou em conflito com o projeto Napoleônico a ciência das ideias tornou-se o bode expiatório para falhas do estado⁹. Por conseguinte, essa ciência que primariamente se pretendia neutra ganhou um peso negativo. Da boca do estadista que antes a exaltava passaram a se organizar as

⁸ Ricardo Silva atenta para o contexto do projeto de De Tracy que parece, nas palavras dele “risível” (2004, p.32), mas que na França pós revolucionária possuía um peso significativo por contribuir para deslegitimação de qualquer princípio transcendental, divino ou metafísico de explicação das ideias. Estando no cerne do pensamento que buscava por princípio científico estabelecer proposta explicativa da realidade buscando seguir o modelo das ciências naturais, ao qual comentou-se brevemente páginas atrás.

⁹ Especialmente dos avanços frustrados da França sobre a Rússia (SILVA, 2004, p. 33).

críticas. Dessa forma o conceito de ideologia ganhava seu tom negativo, que mesmo modificado, “viria a influenciar todas as concepções críticas da ideologia” (SILVA, 2004, p.34).

O autor argumenta na sequência que o tom negativo do conceito ganha materialidade nas mãos de Marx e Engels para quem “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS apud SILVA, 2004, p. 36-37), ou seja é no processo de vida real que se estabelecem as ideias e por consequência a ideologia. Nesse sentido Silva comenta a percepção de que a dimensão ideológica se apresenta como um “reflexo” da realidade (organizada produtivamente de uma certa forma, ponto fundamental da teoria de Marx). Utiliza-se a noção de percepção pois essa distinção entre o universo das representações “ilusórias” e o universo material “real” levanta sérios questionamentos (SILVA, 2004, p. 37). O autor critica tal abordagem argumentando que a ideologia seria também parte constitutiva da realidade, não estando separada mas inclusa no real. Pois, se “as ideias são internas a nossas práticas sociais e não meros produtos destas” (EAGLETON, 1997, p.72 apud SILVA, 2004, p.38) a materialidade da ideologia não está contida no “meio” pelo qual se expressa mas nas formas simbólicas e a forma como elas moldam as relações sociais.

Não obstante retomando outros textos de Marx o autor aponta como a dimensão simbólica da vida social tem um papel explicativo muito mais relevante do que nas citações anteriores, retiradas tanto por Faoro quanto por Silva da “Ideologia alemã” (1932). No caso do “Dezoito brumário” (1852) Marx apresenta uma concepção “latente” de ideologia como “representações e imagens que atuam na sustentação de relações existentes de dominação de classe” (THOMPSON, 1995, p.58 apud SILVA, 2004, p.45). Trazendo Thompson para a discussão Silva aponta mais um ponto fundamental do conceito de ideologia, sua função para o estabelecimento do poder, “a ideologia dota de sentido uma estrutura de dominação, recorrendo a uma série de procedimentos que concorrem para sua legitimação” (SILVA, 2004, p.42) nessa função as representações e imagens aparecem como ferramentas de legitimação de uma estrutura.

Apesar dos avanços do conceito de ideologia, presente em outras obras de Marx, a formulação de Thompson se distancia, de forma significativa, da concepção elencada por Marx. O distanciamento se dá pela proposta de rompimento do elo entre o conceito de ideologia e de dominação de classe, conceito fundamental à obra

marxista, explicando que essa relação seria “mais contingencial que necessária” (THOMPSON apud SILVA, 2004, p.46), estando mais relacionada como o objeto de análise de Marx do que com um condicionante do próprio termo ideologia. Com essa medida de rompimento do elo de causalidade se equaliza a dominação de classe com outras formas de dominação, antes submersas por uma visão que privilegiava a dominação de classe, como sexual, racial, etc.

Até aqui, buscando entender o que é ideologia, partindo de uma definição primária como “ciência das ideias” chegando a uma definição do termo como o conjunto de “formas simbólicas em função do estabelecimento ou manutenção de alguma estrutura de dominação” (SILVA, 2004, p.47) há porem um questionamento caro a tal definição. Como entender ou mesmo nomear as ideias que fogem ao *status quo* e que por vezes são pensadas também como ideologia por certas parcelas da literatura como o anarquismo, o socialismo e o feminismo? Uma expansão desordenada do termo que congrega toda e qualquer forma simbólica pode contribuir para a perda de sua força analítica e de seu caráter crítico¹⁰. A confusa concepção de ideologias que tenta compreender as formas simbólicas dos dominantes e dos dominados a partir da chave de uma disputa de ideologia contra ideologia tentando se referir a disputa de ideias inicia um processo de divisão conceitual. Esse processo de aplicação do termo e de explicação dos fenômenos a partir dele descamba na desconstrução da negatividade, tão necessária a ideologia. Segundo o autor esse movimento de uma parte da literatura vai acabar por se desenvolver em uma área de estudos própria que busca uma maior neutralidade, a Sociologia do Conhecimento¹¹.

A nova área não é em si problemática, aponta Silva (2004, p.51), o problema é entender todas as formas simbólicas de auto representação e todas as relações entre representações como ideológica. Segundo Silva a total neutralização da ideologia não oferece nenhuma vantagem quando comparada a concepção mais restrita e negativa que a caracterizava, mas contribui até certo ponto para uma reflexão das formas ideológicas. Perante tal posição o autor atenta para como sob o

¹⁰ Segundo o autor o termo perderia força analítica na medida em que sua expansão de uso compreenderia todo sistema simbólico, tanto de dominantes quanto de dominados. Tal medida também contribuiria para a perda do caráter crítico da ideologia pois sendo caracterizado como ideológico todo os sistemas simbólicos se fazem a proposição de uma “ideologia dos dominados” como ferramenta necessária a emancipação (SILVA, 2004, p.48).

¹¹ Elaborada por Karl Mannheim visava de forma desinteressada a “compreensão e análise dos fenômenos intelectuais” (SILVA, 2004, p.50).

manto da crítica a ideologia pode estar contida uma proposta também ideológica, pois “combater um poder dominante para ser livre é diferente de combatê-lo para fundar ou fortalecer outro” (SILVA, 2004, p.52), dessa forma o estudo da ideologia deve ser uma atividade crítica que é guiada por um ideal emancipatório para não se tornar um ciclo em que “uma ideologia substitui outra, ainda que criticamente” (FAORO, 1987, p.12).

Silva busca trabalhar com um conceito de ideologia que tenha potencial analítico para o seu objeto, que no seu caso é a ideologia do estado autoritário, focalizando numa formação ideológica específica. Por outro lado, nosso trabalho aqui se baseia na explicação do conceito de ideologia para fins de comparação conceitual. Buscando estabelecer o conceito de pensamento político. Por esse motivo entendo os contextos como diferentes e o uso do termo carrega também essa especificidade. Nessa medida o conceito se sedimenta sobre a seguinte base: “Afirmamos, com Thompson, que a ideologia refere-se ao modo pelo qual as formas simbólicas que circulam no mundo social *servem* [grifo meu] para estabelecer ou sustentar estruturas de dominação” (SILVA, 2004, p.55)¹². A ideologia nesta concepção é entendida a partir sua capacidade em dar legitimidade, por meios simbólicos, a uma estrutura de dominação.

A distinção entre ideologia e pensamento político se baseia primariamente na presença de um objetivo, a ideologia possui um objetivo, ela *serve* a algo, mais especificamente para erguer ou sustentar uma estrutura de dominação. Segundo Faoro a ideologia: “Trata-se de uma forma de pensamento político em batalha, com uma característica que a diferencia do pensamento político em estado puro. [...] A eficácia da idéia assume a importância maior, com desprezo, embora involuntário, da pauta de verdade” (FAORO, 1987, p.11). Já o pensamento político não “serve” a algo especificamente. Ele é um produto dos jogos de forças que estão presentes na sociedade, na qual a ideologia exerce influências, mas não expressa sua totalidade.

Do ponto de vista da estruturação formal “ambas, a filosofia política e a ideologia (nos dois sentidos), sistematizam, formulam, estruturam a política. Fora delas, se aceitas suas premissas, haveria apenas a política alheia à congruência — espécie de política irracional —, a política cujo segredo é não ter política” (FAORO, 1987, p.12). As propostas analíticas tanto da ideologia quanto da filosofia política só

¹² Não se aprofundará no esforço posterior de Silva de elaboração dos conceitos de ideologia primária e secundária, pois, esses conceitos são mobilizados já trabalhando com seu objeto de pesquisa e sua formulação mais geral já viabiliza a nossa discussão

possibilitam a observação de certos conjuntos de fenômenos contido na produção intelectual, formalizada na literatura, na arte, nos artigos e etc. E a prática interessada que busca dar suporte a estrutura de dominação. O pensamento político habita transpassando as fronteiras tanto da ideologia quanto da filosofia política, sem deixar de engloba-las. Assim sendo:

Ela, a política que não é filosofia, nem ciência, nem ideologia, que não se extrema na ação, nem se racionaliza na teoria, ocupa, na verdade, o espaço do que se chama pensamento político, não necessariamente formulável, não correntemente racionalizado em fórmulas (FAORO, 1987, p.12)

O pensamento político se situa na resposta a vida prática, na ação e no intercambio dessas ações tendo por base um fim, e em segundo plano a intencionalidade. O pensamento político se expressa na ação do agente político, não sendo um resíduo da ideologia tampouco um estado modelo de política. Exemplo de tal medida é Júlio de Castilhos, que sendo seguidor da doutrina positivista, amplo leitor de Comte, toma na prática decisões que podem ser controversas em relação às formulações da filosofia de Comte como a defesa da liberdade religiosa e de uma autonomia maior dos estados ao governo central se colocando contrário ao poder imperial brasileiro (RODRIGUES, 1982, v.4). As modificações da filosofia política comtiana que Castilho faz na prática são respostas ao seu contexto político, referindo-se às questões públicas que vinham sendo levantadas no período. O positivismo enquanto filosofia política e enquanto ideologia o informou e o formou politicamente e intelectualmente, mas a forma como ele mobilizou esse conhecimento esse é o pensamento político. Ou nas palavras de Faoro:

Ele não cuida da transmissão, mas da ação, numa práxis que se desenvolve no logos. Suas prescrições são normativas, localizam-se no mundo da praxis, pelo que atuam fora da lógica preposicional. Sua função é a de direcionar a conduta humana em determinado sentido, não de representá-la enunciativamente, descritivamente (FAORO, 1987, p.12)

O pensamento político está no direcionamento da conduta em determinado sentido, sem se preocupar em enunciá-lo ou descrevê-lo, está fixado na experiência política, nos corpos teóricos, instituições e leis, mas também está na literatura, nos jornais e na internet. Do caos de ideias que disputam socialmente e da informação individual que possibilita a ação de cada agente daí se deriva o pensamento político e a “eventual contradição entre a regra e a conduta rompe-se privilegiando a conduta: nela está o pensamento político real, embora a contradição intelectual nada tenha a ver com a má-fé” (FAORO, 1987, p.14). O pensamento político só o é na prática, na

atividade real, no momento de implementação. A partir do seu material intelectual o agente opera perante a realidade, atividade essa não previamente sistematizada, mas sistematizável, pois a atividade sempre “envolve uma discrepância entre o que é e o que desejamos que venha a ser” (OAKESHOTT apud FAORO, 1987, p.14).

Contudo, argumenta Faoro, o pensamento político não é um ambiente ilimitado e irrestrito, mas móvel e dinâmico, alimentado pela dialética social, dessa maneira certas propostas práticas são permitidas ou negadas e certos corpos teóricos podem ganhar ou perder relevância em um certo período. A delimitação do conceito de pensamento político é dada, segundo o autor, pelo princípio da sugestão que “em falta de palavra melhor, indica o modo como se expressa o quantum possível de saber formulado a partir da experiência” (FAORO, 1987, p.14)¹³.

Quando se fala que o pensamento político o é enquanto prática real ou sobre a realidade, a realidade nesse sentido caracteriza a dinâmica que no seu processo de implementação revela as estruturas sociais. O pensamento político enquanto atividade carrega sua carga crítica porque “acompanha e potencializa a dialética social, à qual se vincula, sem ser mero reflexo, por meio de manifestações múltiplas, que não estão necessariamente submersas no saber formulado, com o rótulo político” (FAORO, 1987, p.15). No caso específico desta obra o pensamento político é de suma importância para se entender e sistematizar a relação de Getúlio Vargas e o pensamento político brasileiro sob a chave do positivismo, buscando incorporar nesses termos a filosofia política positivista, a ideologia e prática entendida como sinônimo do pensamento político.

A relação entre pensamento político e o agente político Getúlio Vargas perpassa suas propostas (projetos) e as justificativas de suas práticas (discursos), por exemplo o viés autoritário do Estado Novo, a forma como ele mobilizava teoria e prática, o mapeamento de sua formação intelectual e política além de estabelecer a relação entre este agente e linhas pensamento político que o influenciam. “O pensamento político está sob a jurisdição da praxis. A práxis, entretanto, não é um

¹³ Para que a explicação não se torne tão abstrata recorro o exemplo apresentado por Faoro, retirado do período vitoriano: “Os estilistas vitorianos da moda, lembra um ensaísta já e largamente mencionado, propuseram-se criar, para as ciclistas, um traje adequado à bicicleta. Se o processo de criação fosse livre e coerente, obediente só à lógica, teriam desenhado o short. De um ponto estritamente técnico e intelectual, eles fracassaram, ao vestirem-nas com o bloomer, pouco funcional à bicicleta, mas conveniente ao recato das castas vitorianas. Os costureiros obedeciam, ainda que inovador o pensamento, aos limites sociais que a sugestão lhes inspirou. Em lugar de um escândalo, lançaram a moda nos ousados limites da criação.” (FAORO, 1987, p.14)

feixe caótico de instintos, mas de idéias” (FAORO, 1987, p.15). Sistematizar essas ideias será a tarefa à qual se dedicarão os próximos capítulos deste trabalho.

O capítulo seguinte será dedicado ao entendimento do positivismo. Corrente filosófica de relevância no Brasil da virada do século XIX para o XX. Se pretende partir da concepção Comtiana de filosofia positiva, abordando sua formulação “pura” ou “ideal”. Na sequência se pretende atentar para as leituras e movimentos de base positivista que se constituem na esfera nacional. E por fim, mas não menos importante, o positivismo enquanto movimento e partido político no Rio Grande do Sul atentando para relação entre teoria e prática por parte de suas figuras centrais.

O Positivismo

Esta segunda parte do trabalho se dedica ao estudo do positivismo. Tal investigação é relevante pois é a partir dessa corrente filosófica e política que se pretende circundar o pensamento político de Getúlio Vargas. Visando construir essa relação o capítulo se divide em três partes, a primeira se dedica a explorar a proposta de filosofia positiva de Comte, buscando estabelecer seus fundamentos mais gerais. Na segunda parte é abordado a influência e as interpretações do positivismo no Brasil, principais “fundadores”, discussões políticas internas e externas e as principais propostas políticas de base comtiana. Por fim a última parte tem por objeto apresentar e entender a perspectiva teórica e prática do positivismo no caso específico do Rio Grande do Sul, estado de origem de Getúlio Vargas além de ambiente político e intelectual de sua formação. O objetivo é explicitar os debates e interpretações do positivismo e de que forma desencadearam, na teoria e na prática, no projeto político Varguista iniciado na década de 1930. Esse movimento que se inicia em 30 é atribuído por Trindade (2007, p.13) a uma segunda geração de republicanos¹⁴ e se caracterizou por levar a frente o projeto político positivo de Júlio de Castilhos (RODRIGUES, 1982b).

A Filosofia Positiva de Comte

Isidore Auguste Marie François Xavier Comte foi um filósofo francês, nasceu em 1798 (em Montpellier) e morreu em 1857. Auguste Comte, como ficou conhecido, era oriundo de uma família pequeno-burguesa, católica e de adeptos do regime monárquico que residiam no interior da França (RIBEIRO, 1996). Contudo o jovem Comte apresentava uma independência com relação aos ideais da família: “Além de uma prodigiosa memória e de uma grande capacidade de abstração, ele integrava uma juventude cujos ânimos eram inflamados pelos ideais de renovação social e humana da Revolução” (LACERDA, 2010, p.64). Integrando dessa forma uma juventude animada com a discussão dos temas da política e da filosofia.

¹⁴ Conforme apresentado por Carvalho, em “A formação das Almas” (1990), durante o processo que culminou na mudança do regime, do “Império” para a República, haviam três correntes ditas republicanas cada uma com seu referencial teórico e práticas políticas, uma de orientação Jacobina, outra Liberal e uma terceira de via Positivista. No caso elencado a segunda geração republicana da qual Vargas faz parte é a de origem positivista.

Habitualmente as apresentações da teoria de Comte partem de uma mescla entre sua biografia e o conteúdo de sua teoria. É também nesse sentido que apresentaremos os conceitos principais do pensamento do autor. Comte dedicou o período da sua vida intelectual, de sua juventude até o fim de sua vida, a formulação de um sistema filosófico completo e coerente. A sua filosofia, denominada positiva, é entendida como um sistema filosófico pela sua amplitude, nela se encontram textos sobre “filosofia, política e até religião” (LACERDA, 2018, p.19) acumulados desde sua juventude.

Comte começa a estudar relativamente cedo, aos 16 anos inicia seus estudos em Paris na *École Polytechnique* (Escola Politécnica de Paris) onde passa por uma formação de estudo que contempla tanto as Ciências Naturais como a Filosofia, a Filosofia Política e a História (LACERDA, 2010). Mas esse primeiro período de estudos termina quando o jovem Comte tem um desentendimento com um de seus professores e é expulso. Após o ocorrido Comte volta para sua cidade no interior da França, onde vai cursar algumas cadeiras de medicina, mas que também abandona, para tornar-se secretário de Saint-Simon¹⁵. É como secretário de Saint-Simon que Comte vai ter contato com os temas de discussão que lhe eram contemporâneas, investigando dessa forma os problemas sociais vigentes na sociedade francesa. Nesse período publica alguns textos em coletâneas de Saint-Simon no qual já expressa o entendimento de uma urgência de uma reestruturação do social (PETIT, 2007). Comte permanece nessa posição por cerca de seis anos quando rompe com o então mestre. O período é de suma importância para sua formação intelectual na área das humanidades.

Após o rompimento passa por um período de aderência ao relativismo, do qual também se afasta em alguma medida, e é “em 1822 [quando] publicou um longo artigo intitulado *Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société* (“Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade”), em que enuncia formalmente sua tese da lei dos três estados” (LACERDA, 2010, p.65) é como esse trabalho que é lançado o germe de suas obras futuras. Nele é apresentando sua filosofia da história no qual indica a necessidade e a possibilidade de constituição de uma nova ciência, uma que tratasse especificamente da sociedade,

¹⁵ Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon foi um filósofo francês do século XIX que se dedicou a formulação das bases do socialismo moderno. É um dos pensadores socialistas que Marx e Engels atribuíram o título de socialistas utópicos.

a qual ele vai denominar mais a frente como sociologia. Além de elaborar o pensamento teleológico que vai guiar sua filosofia.

Segundo Aron: “Auguste Comte é antes de mais nada o sociólogo da unidade humana e social, da unidade da história humana” (1999, p.65). Seu sistema filosófico tem por base a ciência e seu desenvolvimento, dessa maneira ele estabelece uma teleologia histórica e universal. Todas as sociedades humanas estariam destinadas, pelo avanço científico, a chegar no estado positivo de existência. A visão histórica da sociedade e sobre a evolução da produção do conhecimento humana são temas de essencial importância nos trabalhos de Comte.

O conceito fundamental para a teoria de Comte é “positivo”, tal termo é polissêmico mesmo dentro de suas principais obras. A palavra positivo é entendida como real, certo, preciso, positivo em oposição ao que é quimérico, indeciso, vago e negativo. Nessa medida o positivismo é uma “atitude epistemológica que tinha por característica a realidade” (ALONSO, 2007, p.148). Realidade essa que só poderia ser alcançada e entendida pelo avanço da ciência.

Observando sua sociedade Comte entendia estar havendo a constituição de um novo momento histórico. Se para a decadente sociedade medieval a fé teológica, interpretada pela igreja católica, servia de cimento e a atividade militar era a atividade economicamente fundamental. A sociedade nascente era científica e industrial, a substituição do teólogo pelo cientista na produção de conhecimento opera como uma mudança fundamental que é a substituição da atividade militar pela industrial como principal fonte produtora de riquezas. A luta deixa de ser de “homens contra homens, para se transformar na luta de homens contra a natureza, ou na exploração racional dos recursos” (ARON, 1999, p. 66).

Para Comte a ciência é o resultado do desenvolvimento da razão histórica. O filósofo entendia haver uma relação entre a forma de conhecimento e o grau de desenvolvimento da organização social. A ciência, nesse sentido, é a junção da razão com a realidade. A junção entre história do conhecimento com a história da humanidade. Produto final da “teologia e da metafísicas e a sua antítese, o resultado de um processo que necessariamente passa por uma evolução do pensamento, da revelação à demonstração, da conjectura à observação” (ALONSO, 2007, p.148).

Comte parte do pressuposto de que há uma relação entre a natureza humana, a natureza da organização social e da produção do conhecimento de forma

que uma modificação em um dos campos desencadeia a transformação dos demais. A ciência estaria, então, transformando, pela via da produção do conhecimento, essa natureza humana e social. Comte compartilha, com outros pensadores, do entendimento da impossibilidade do espírito humano de conhecer a origem e o fim de tudo, a noção absoluta. Dessa forma se deve raciocinar e observar os fenômenos para entender sua sucessão de relações de forma a gerar leis. A ciência positiva se torna porta voz do conhecimento válido e estabelece seu domínio, separando das formas “anteriores”. Para o autor esse princípio é válido tanto as ciências naturais, física, química, biologia e a astronomia quanto a nova ciência, a sociologia. “Como os cientistas impõem o seu veredicto aos ignorantes e aos amadores, em matemática e astronomia, devem logicamente fazer o mesmo em sociologia e política” (ARON, 1999, p.69).

O sistema filosófico de Comte, segundo Ribeiro (1996), teria uma divisão temática. Sua filosofia está dividida em uma parte dedicada aos temas gerais e outras a temas específicos. Acerca destas generalidades Comte estuda as formas da natureza humana e sua produção de conhecimento que são expressas pelos três estados de desenvolvimento do conhecimento:

1. Teológico-Fictício (caracterizado pelo fetichismo, politeísmo e monoteísmo) – Fenômenos explicados por força transcendental ou entidade sobrenatural.
2. Metafísico-abstrato - Fenômenos explicados por força oculta e abstrata como o princípio vital, estado transitório em que não se explica o mundo pela pura “ficção”, mas ainda não se chegou no estado positivo no qual se parte da observação.
3. Positivo-científico - Fenômenos entendidos por leis experimentalmente demonstrada.

O argumento de Comte é de que todo o conhecimento que se diz ciência passou pelos dois primeiros estágios e só se constituíram no terceiro, para Comte é com a Ciência que o “espírito” descansa, é esse seu destino final. “As sociedades evoluem segundo essa lei, e os indivíduos, em outro plano, também realizam a mesma evolução” (RIBEIRO, 1996, p.10).

Por outro lado, dedicando-se a temas especiais ou específicos de investigação, Comte opera as seguintes divisões da vida humana:

- Aspecto psicológico – Parte da biologia e depois parte própria, refere-se ao

conjunto de funções cerebrais.

- Aspecto ontológico - “Comte nega as causas eficientes e finais, o infinito e o absoluto, para reconhecer apenas o relativo, o sensível, o fenomenal, o útil. “Tudo é relativo, e isso é a única coisa absoluta” é o axioma fundamental do positivismo.” (RIBEIRO, 1996, p. 12) o que existe são apenas relações simultâneas e/ou sucessivas.
- Aspecto sociológico – Parte que contempla a divisão dos poderes sociais em: material, intelectual e moral, exercidos por uma elite, isto é, os dirigentes¹⁶.

Comte, por essa separação, entende a sociedade como um organismo que é ao mesmo tempo heterogêneo e solidário “deste modo, concebe-a sempre em termos harmônicos” (RIBEIRO, 1996, p. 12). Para o autor, a sociedade reflete os diversos estados da vida de seus membros, assim sendo, uma vez que os organismos não podem ser modificados de forma brusca também a sociedade está sujeita a esta norma evolutiva. “O progresso da sociedade é caracterizado, assim, pela incessante especialização das funções, como todo o desenvolvimento orgânico, para maior aperfeiçoamento na evolução dos órgãos particulares” (RIBEIRO, 1996, p. 13). É dessa forma que o positivismo visa excluir noções teológicas ou metafísicas apriorísticas. A transformação surge do progressismo, que baseado no desenvolvimento científico, ocasiona uma evolução gradual do pensamento a partir da determinação dos elementos fundamentais de toda sociedade humana.

É a partir dessa visão positiva da sociedade que a filosofia de Comte combate as noções fundamentais do liberalismo, de individualismo e do princípio de *laissez-faire*. Comte opera pela noção do planejamento social, do dever, da manutenção da ordem e do progresso. A ideia de uma vontade coletiva abstrata, uma mão invisível, que ordenaria o mercado e a sociedade de forma eficiente é incompatível com sua perspectiva da ciência como motor e do seu ceticismo quanto a explicações transcendentais. Partindo da filosofia positiva a metafísica do direito “natural” deve ser substituída pela solidariedade “A política positiva não reconhece nenhum direito além do de cumprir o dever, e, assim, nega categoricamente a própria existência do direito como tal” (RIBEIRO, 1996, p. 13). É nesse ponto que o

¹⁶ “O Positivismo não aceita as classes com o significado geralmente empregado na atualidade. Aceita sim, que em toda a sociedade, desde a mais primitiva, há dirigentes e dirigidos. Os dirigentes devem sempre ser os mais capazes, isto é, aqueles que influem na educação e na cultura da espécie humana: são os sacerdotes, os filósofos, os cientistas, os jornalistas, os professores etc., ou melhor, **os teóricos que modificam o pensamento dos indivíduos através de sua pregação e de sua conduta moral** [grifo meu].” (RIBEIRO, 1996, p.12)

republicanismo positivista se distinguia dos demais, do povo não emana qualquer poder ou legitimação. A república é gerida pelo ditador, esclarecido pela filosofia positiva e orientada pela ordem e o progresso. Na figura do líder se acumulam o papel do legislativo e do executivo.

O pai do altruísmo¹⁷ propõem, pelo seu sistema de filosofia positiva, um reordenamento total do organismo social que deve se guiar pelo sentido da filosofia positiva e não pela abstração teológica ou metafísica. O homem para Comte possui instintos egoístas e altruístas, o ponto é, que para podermos viver em sociedade e com progresso é necessário “sacrifício e dedicação”. Dessa forma, para Comte, a lei da experiência humana é viver para outrem. A moral, para o autor, consiste em seguir os instintos altruísta e deixar de lado os egoístas “preponderância que resulta fatalmente da educação e da ciência” (RIBEIRO, 1996, p. 13).

Segundo alguns estudiosos e interpretes do pensamento de Comte (RIBEIRO, 1996; ALONSO, 2007; LACERDA, 2010) suas ideias se dividem em duas fases: a primeira, que constitui o que foi dito até aqui (período de 1830 à 1842) que consiste na parte mais científica de sua obra e a segundo (pós 1845) que tem um caráter mais religioso. Comte no seu segundo período passa por uma significativa mudança em sua vida pessoal, em 1845 conhece Clotilde de Vaux, mulher também casada e separada apenas de corpo¹⁸, por quem vai ter uma paixão platônica até seu falecimento em 1846. A partir desse momento a ênfase da reflexão de Comte se desloca da inteligência para o coração, elencando a importância do afeto humano para a constituição da sociedade. “Comte propõe sua política positiva, instituindo a Religião da Humanidade¹⁹” (ALONSO, 2007, p.148) que busca dar, pelo suporte emocional, as bases subjetivas do novo regime.

A proposta da religião da humanidade se baseia no “grande ser” que é a personificação da humanidade toda e se volta a totalidade histórica para aprender seu

¹⁷ A palavra “altruísmo” tem sua criação atribuída ao próprio Comte em 1831, para nomear o conjunto de disposições do ser humano (individual e coletivo) a se dedicar aos outros.

¹⁸ “Originário do interior da França, vivendo sozinho em Paris, sem grandes proventos e dedicando-se a maior parte do tempo ao trabalho, o início da vida adulta de Comte foi bastante solitária. Em virtude disso, nesse período freqüentava prostíbulos, em um dos quais conheceu Carolina Massin, por quem nutriu sentimentos de afeto. Essa moça, todavia, devido à sua profissão, tinha problemas com a lei e, para evitar que fosse presa, Augusto Comte tomou uma decisão que, depois, seria a origem de incômodos e arrependimento: casou-se com ela em 1824” (LACERDA, 2010, p.65) Essa relação amorosa vai ser conturbada levando Comte a uma crise nervosa e a tentativa de suicídio, após esse episódio se afasta da esposa sem realizar o ato no papel.

¹⁹ Cujas figuras centrais são mulheres, inspiradas esteticamente em Clotilde de Vaux.

valor concreto. O grande ser é o motor de cada existência, seja individual ou coletiva, a partir desse entendimento Comte formula a máxima: “O Amor por princípios, e a Ordem por base; o Progresso por fim” simplificada posteriormente em “Ordem e Progresso” que estampa a bandeira nacional. A religião da humanidade visa guiar a vida pela via da moral e da estética, incentivando o viver para outrem, dando essa orientação ética ao todo. A humanidade se define enquanto a comunhão dos homens que guiados pelo espírito altruísta: “Na dialética positivista, o amor procura a ordem e a impele para o progresso; a ordem consolida o amor e dirige o progresso; o progresso desenvolve a ordem e reconduz o amor” (RIBEIRO, 1996, p. 15).

A mudança de foco da primeira fase de Comte para a segunda produziu em seus seguidores uma cisão, entre aqueles que levam em consideração toda a obra de Comte enquanto sistema completo (ortodoxos) e os que levam em consideração apenas a primeira fase, sedimentada na ciência (heterodoxos). Compara-se o que ocorre na obra de Comte com o que acontece com Marx e sua teoria, a criação de “movimentos positivistas”. A divisão entre ortodoxos e heterodoxos criam diferentes estruturas intelectuais de propagação de positivismo e de controle da teoria, criando uma divisão entre o positivismo institucionalistas e os não institucionais. “Isto é, a Igreja Positivista buscou ter e obteve hegemonia no campo positivista” (ALONSO, 2007, p.151) criando uma versão oficial do positivismo enquanto os heterodoxos se delimitavam a grupos de pesquisa e discussões mais esparsas. Mas ambos se entendiam positivistas.

Na Europa, em geral, os textos de Comte obtiveram pouca repercussão, pouco também nos EUA. É na América Latina que sua teoria seduz mais adeptos (TRINDADE, 2007) “talvez, pelo seu universalismo, que prometia a inserção de todas as nações na grande marcha da civilização” (ALONSO, 2007, p.150). Nesse contexto de expansão das ideias de Comte pela América latina de forma geral que entramos no segundo tópico desse capítulo, o positivismo no Brasil.

O Positivismo Brasileiro

As ideias de Comte não desabrocharam num modelo prático de governo, mas sedimentaram os alicerces para ditaduras científicas e ideias autocráticas que vieram a florescer especialmente na América. Com exemplares no Chile, no México e sobretudo no Brasil com a Constituição gaúcha de 1891 (RODRIGUES, 1982c, p.29). Mas antes de entrar neste caso em específico é interessante dar um passo atrás. Os escritos de Comte começaram a circular pelo Brasil ainda no século XIX, com a popularização da literatura científicista acompanhando dos escritos de Charles Darwin e com a literatura de caráter anticlerical (RODRIGUES, 1982c). Por essa relação os escritos científicos de Comte passam a ser lidos primeiro nos ambientes de saberes técnicos como na escola politécnica, escolas de medicina e principalmente na Academia Militar, dessa forma a obra científica de Comte chegou e foi lida antes de sua vertente religiosa e dogmática. Comte era então reconhecido como matemático e filósofo da história. Dessa forma o positivismo é conhecido primeiro por setores médios da sociedade brasileira, pessoas letradas e com saber técnico, mas parte de uma camada que não integrava a elite imperial, composta por advogados, juizes e em menor instancia proprietários rurais (CARVALHO, 2007). Mas esses primeiros contatos com a obra do criador do positivismo não constituem um movimento organizado como vai ocorrer posteriormente, a partir da segunda metade do século XIX.

Grande parte do movimento positivista do Brasil se funda a partir de um esforço de organizar instituições locais e nacionais dedicadas ao estudo sistemático da obra de Comte. A história do positivismo no Brasil perpassa uma disputa entre quem detinha a versão oficial do pensamento Comtiano. Dessa maneira a versão “oficial” foi estabelecida pelo viés institucional da Igreja Positivista do Brasil, fundada no Rio de Janeiro por Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Por esse motivo parte da literatura interessada nesse movimento corroborou a versão escrita por Lemos na qual a Igreja Positivista do Brasil e a Sociedade Positivista Brasileira eram as instituições oficiais representantes da ortodoxia positivista e todos os demais movimentos seriam taxados como heterodoxos ou interpretes equivocados de Comte. Alonso (2007) em seu trabalho demonstra que na realidade esta divisão – heterodoxos e ortodoxos - foi mais de caráter político do que intelectual.

Neste sentido se criam uma história oficial e uma história secreta do positivismo brasileiro (ALONSO, 2007). O primeiro nome de relevância a estudar Comte no Brasil é Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que toma contato das

teses de Comte pelos seus escritos matemáticos, em 1857, enquanto era um respeitado professor da Escola Militar. E em 1868 Benjamin Constant criou um grupo de estudos da obra científica de Comte, mas que operava com certa irregularidade.

Já nos anos 1860 um grupo de jovens estudantes de medicina, filhos de estancieiros, tem contato com a obra de Comte durante sua estadia de estudos em Bruxelas. Ao contrário do que ocorria no Brasil, Luís Pereira Barreto, Francisco Antônio Brandão Jr. e J. A. Ribeiro de Mendonça se tornavam não apenas adeptos da filosofia positiva mas militantes da Religião da Humanidade de Comte. E em 1865 produzem, ainda de Bruxelas, o livro *Escravidão no Brasil*, livro com princípios antiescravagistas mas que foi bastante criticado, até mesmo por estudiosos de Comte. “O positivismo ocupa, portanto, um espaço mirrado na vida intelectual brasileira até a década de 1870, quando se tornará coqueluche nacional” (ALONSO, 2005, p.153). É nesse período em que Pereira Barreto, agora no Brasil, começa sua atividade na imprensa, espaço que irá utilizar para dar explicações de base positivista aos problemas nacionais na economia, na política, na cultura e afins. A partir daí começam a surgir jornais de caráter mais doutrinários e os grupos positivistas começam a ser criados e a se fazerem presentes na imprensa e no debate público pelo Brasil.

É em São Paulo que aparecem com mais força um grupo de pensadores positivistas indo na contramão do Miguel Lemos apresentava nos seus escritos *Resumo histórico do movimento positivista no Brasil* de 1882, documento que serviu por muito tempo de base “oficial” da história do positivismo. No Rio de Janeiro somente em 1876 que é fundada a Sociedade Positivista do Brasil para estudar a obra matemática de Comte e uma biblioteca para estudos positivistas, grupos do qual Benjamin Constant faz parte como professor e Miguel Lemos e Teixeira Mendes como alunos.

Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes além de amigos eram cunhados e tiveram um papel importante na constituição do movimento positivista no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, como “ardentes doutrinadores” (RODRIGUES, c1982, p.32). Miguel Lemos nasceu em Niterói em 1854 e teve sua formação enquanto católico sendo marcadamente convicto e intolerante, devido “a subordinação total que exigia dos aderentes [...] da missão apostólica a que se devotava” (RODRIGUES, c1982, p.32). Teixeira Mendes por sua vez era nascido em Caxias no Maranhão, em 1855, filho de engenheiro teve uma educação católica que culminou em sua ida ao Rio de Janeiro com o intuito de estudar no colégio dos jesuítas sendo então um

católico fervoroso em sua adolescência, e essa mesma convicção que colocara na fé católica transferia para a religião da humanidade de Comte. Ambos se conheceram e tiveram contato com a obra científica de Comte no Colégio Pedro II onde participavam do grupo criado por Benjamin Constant. Mas como Comte não finalizaram seus estudos universitários viajando para França com esse intuito. É nesse período de estudos na França que eles têm contato com a versão religiosa do trabalho de Comte²⁰. O afastamento do pensamento heterodoxo culmina na aderência a religião de Comte e na participação junto ao grupo ortodoxo liderada por Pierre Laffitte. Miguel Lemos convence seu amigo Teixeira Mendes a converter-se também. Ambos retornam em 1878 ao Brasil. E no ano seguinte vai reestruturar a Sociedade Positivista do Brasil (criada em 1876) filiando-se a direção suprema do Grande Sacerdote da Humanidade, Pierre Laffitte, passando a se chamar Sociedade Positivista do Rio de Janeiro (SPRJ), sendo dirigida por Joaquim Ribeiro de Mendonça. Em 1881 Miguel Lemos enquanto diretor espiritual da SPRJ funda a Igreja Positivista Brasileira e institui o Apostolado Positivista do Brasil com o intuito de desenvolver o culto da religião da humanidade, organizar o ensino da doutrina e intervir nos negócios públicos²¹.

Miguel Lemos em seu resumo histórico caracteriza essa mudança como o esforço inicial para encaminhar o positivismo brasileiro para a ortodoxia, mas não suficiente para inibir a diferenciações no movimento, especialmente pela chegada do positivismo inglês de John Stuart Mill e Herbert Spencer. Alonso (2007) argumenta que esse esforço na verdade era de suprimir toda a direção dos movimentos e grupos de base positivista colocando-os sob a orientação da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro e da Igreja Positivista Brasileira. Buscando abafar todas as lideranças anteriores, como Benjamin Constant e Pereira Barreto, e coordenando a agenda política. Na liderança do movimento espiritual Miguel Lemos não dava espaço para seus comandados serem opinativos ou se expressarem na imprensa. Essa posição era dada apenas a Teixeira Mendes, como porta-voz oficial do grupo.

²⁰ A princípio Teixeira Mendes e Miguel Lemos conhecem Émile Littré, grande expoente do estudo da obra científica de Comte e por quem tinham grande admiração. Essa admiração se converte em desilusão quando Miguel Lemos critica a falta de fé sem entusiasmo e falta de ação social do chefe da escola positivista.

²¹ No período dada a ausência de sufrágio universal e dos poucos setores da sociedade com capacidade de intervenção política as igrejas possuíam uma capacidade pública maior.

Em âmbito nacional os positivistas cariocas amplificam a cisão dentro do grupos de tal forma que seu primogênitos, Constant e Barreto se afastam da Igreja Positivista Brasileira, estes davam grande valor a conjuntura nacional por outro lado Lemos queria ampliar a ortodoxia do movimento permanecendo fiel as palavras de Comte. Outra cisão ocorre acerca do tema da escravidão, Lemos e o grupo que liderava se colocavam contrários a escravidão, por esta não corresponder ao estágio atual de evolução da humanidade, sendo uma anomalia, contudo ao buscar suporte do líder máximo da Igreja Positivista Francesa, Pierre Laffitte, este o impele a ser tolerante mediante a situação brasileira. Esta discordância faz com que a Igreja Positivista Brasileira recuse a direção de Laffitte e se declare independente. A caçada “ortodoxa” de Lemos fazia de “todas as correntes desviantes da Igreja deixa[rem] de ser consideradas como positivistas” (ALONSO, 2007, p.158). Apesar dos seus esforços servirem para isolar a Igreja dos demais positivistas houve êxito em um campo, “o de transformar a sua versão do positivismo, baseada na fidelidade à letra de Comte, na história oficial do movimento no Brasil” (ALONSO, 2007, p.158). Grande parte dos leitores posteriores tomaram a versão de Lemos por fato e reduziram a história do positivismo a sua.

Ocorrem certas dificuldades para definir as características do positivismo. Sendo um pensamento não monolítico não bastaria tentar saber quem é mais ou menos fidedigno ao movimento francês, o que se pode fazer é classificar padrões de características dessas definições.

Primeiro o positivismo tem uma base científicista, “a ciência é vista como a alavanca do progresso e da civilização, como meio de informar e conformar diagnóstico do atraso brasileiro e construir projetos civilizatórios” (ALONSO, 2007, p.170). Nesse aspecto o cientista é a Vanguarda da civilização, porém os positivistas se congregam na teoria da ciência de Comte, na sua unidade metodológica das ciências. Se a ciências nos fornece “as regras de inteligibilidade do real” (ALONSO, 2007, p.171), é uma delas a sociologia que explica e legisla sobre os fenômenos sociais. Nesse sentido os positivistas, seguidores de Comte, mesmo do brasil vão tratar das questões políticas, econômicas e culturais como problemas sociais que devem ser solucionados pela sociologia. O primeiro ponto que distingue o positivismo das demais teorias científicistas é fator moral, há um senso de missão social a ser cumprida, os filósofos são conhecedores do bem comum e o coloca em detrimento das individualidades.

Alonso (2007) comenta também que compartilhavam um vocabulário positivista com códigos comtianos específico. Criando para si a imagem de uma doutrina modernizadora, com uma moral definida e uma agenda de oposição ao projeto do liberalismo. As correntes positivistas se organizavam sob a égide do “ser republicano”, dessa maneira contrário ao sistema imperial e em específico opositores dos “bacharéis liberais” que compunham a elite imperial.

Há certas dificuldades de se definir uma origem social dos movimento positivistas. Explicações incidem sobre a pequena burguesia urbana oriunda de setores profissionais mais técnicos, como medicina e engenharia. Outros grupos eram ambientados por militares, certos setores abastados e pessoas que ascendiam socialmente pela via da educação, caso de Lemos e Mendes. Buscando entender a naturalização do pensamento positivista no contexto brasileiro é necessário trazer à tona as diferenças interna, essa diferenciação se dá primeiramente pela forma de implementar um modelo civilizatório, resultante de leituras e reinterpretações diversas da obra de Comte. “Podemos, então, dizer que não há um, mas vários positivismo brasileiros” (ALONSO, 2007, p.172) por esse motivo é necessário uma análise mais apurada para entender as várias tendências. Alonso com certas ressalvas simplifica em três Lócus: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Na corte, imperou o apostolado positivista com sua rigidez dogmática que talvez transpassasse a de Comte. A partir de uma versão fortemente religiosa com investimento forte em propaganda doutrinária “um bolchevismo”, como argumenta Carvalho (2007). Mas também houve um positivismo de corporação, frequentado pela elite militar de Benjamin Constant, que operou o golpe que derrubou o império e consolidou a república, “configurando uma vertente modernizadora e jacobina” (ALONSO, 2007, p.172) enfatizando uma ditadura republicana.

Em São Paulo local onde, de maneira geral, “a bibliografia afirma quase unanimemente o pouco ou nenhum sucesso do positivismo, floresceu um movimento intenso” (ALONSO, 2007, p.172) ainda que mais esparsos seus membros eram ativos, especialmente Pereira Barreto, caracterizando-se pela sua política partidária.

No Rio Grande do Sul com Castilho, se desenvolveu a face política em sentido pleno. Buscando o poder do estado, a ditadura positivista e a política pública como meio eficaz para civilizar o país. Embora com uma menor influência da Igreja

Positivista. Com a mudança para a república se facilitou a implementação de suas ideias e a formulação da constituição de 1891. Mas ao melhor entendimento deste caso cabe o próximo tópico.

Esse balanço não é total, mas apenas demonstra a complexidade do movimento positivista no Brasil. Expandindo as interpretações dominas por Miguel Lemos. A grande multiplicidade de correntes aponta para a integração do positivismo brasileiro em um sentido, na produção de diagnósticos e projetos civilizatórios. Esta produção aponta para uma efetiva, porém controversa estadia do positivismo no Brasil.

O Positivismo Riograndense

O Rio Grande do Sul, como dito anteriormente, foi o ambiente no qual se desenvolveu com mais força um projeto político positivista. Os méritos desse fato são dados ao Partido Republicano Riograndense, que foi criado em 1882. O partido nasce como uma força republicana no estado que se opunha ao Partido Liberal, partido composto pela elite agrária do Rio Grande do Sul. Dentre seus membros fundadores houveram algum proeminentes republicanos, como Assis Brasil, Venâncio Aires, Alcides Maia e aquele que talvez tenha sido a figura central de sua consolidação, Júlio de Castilhos. Para entender a constituição do positivismo no Rio Grande do Sul se utilizará, fundamentalmente, a obra de Céli Pinto “Positivismo: Um Projeto Político Alternativo (1889 – 1930)”.

O estado tem uma história peculiar, pela região que ocupa no extremo sul do país. Sendo incorporada ao domínio portugueses já fazia três séculos do início da colonização. Sua ocupação é primeiro militar devido a sua relação com o rio da Prata, que integra toda a região, e depois por fins econômicos devido ao gado selvagem que ali habitava. Quando o Brasil se tornou nação independente, a região passou a ser cenário de constantes guerras com os governos da Argentina e Uruguai. Nesse meio tempo também, por volta do século XIX, surge uma elite como interesses próprios, que comumente se chocavam com os interesses do governo central. Essa tensão resultou na chamada Revolução Farroupilha (1835 – 1845). É a partir da segunda metade do século que o Partido Liberal, formado pela elite agrária produtora de Charque, se torna hegemônico no cenário regional e crítico do centralismo monárquico devido ao baixo escoamento de sua produção para abastecimento interno. Por sua vez são nos dez últimos anos do regime monárquico, “batizada

pomposamente de Império” (FAUSTO, 2006, p.11), que a relação com o governo central se modificar. Devido a tensões com a elite paulista o governo passa a se apoiar no Partido Liberal do Rio Grande do Sul, o favorecendo economicamente (PINTO, 1986). Essa mudança na relação faz do Partido Liberal um defensor do regime monárquico.

É neste contexto que surge o Partido Republicano Riograndense (PRR) caracterizado como um movimento com um perfil bastante distinto da elite política da época, sendo em sua maioria jovens com instrução superior e sem experiência partidária anterior²² e não compartilhavam com os demais partidos, republicanos e monárquico, a doutrina liberal, sendo então positivistas, e tampouco compondo a oligarquia política riograndense. “Com sede em Porto Alegre, espalhou-se pelo interior através de um trabalho de elitismo, dirigido a partir da executiva do partido” (PINTO, 1986, p.10) se diferenciava dos demais por não operar como um acumulo dos interesses de chefes políticos locais. Mesmo ainda como um pequeno partido se destacou por sua organização e rígida disciplina doutrinária.

Após a proclamação da república os governos estaduais foram entregues aos Partidos Republicanos regionais. Contudo há uma diferença crucial no caso do Rio Grande do Sul, lá o PRR não pertencia ao mesmo segmento social da elite nem compartilhava princípios ideológicos, o que criou uma tensão política logo de início. O PRR era também qualitativamente diferente dos demais Partidos Republicanos, por sua fundamentação positivista. Apesar destes fatores o partido conseguiu manter-se no poder durante toda a chamada República Velha, e no seu fim teve condições de liderar um processo que resultou na revolução de 1930, que segundo Celi Pinto (1986) terminou com o pacto oligárquico.

Para entender como se deu a construção do projeto político do PRR é necessário observar o seu período de consolidação (1889 – 1898). Nesse período percebemos as ambiguidades e estratégias tomadas pelo partido. Não há dúvidas de que suas propostas, de base comtiana, estariam orientadas para projeto ditatorial e esse talvez seja o fator mais curioso. Contudo não é crível que o PRR tenha dominado o estado por quase 40 anos apenas com um aparato de repressão, tendo criado raízes muito mais profundas. Sem ser parte da oligarquia e sem ter apoio coronelista o

²² Sendo jovens instruídos, os fundadores do PRR compunham parte de uma elite, que não era a tradicional (da região norte do estado mais empobrecida e distante dos eixos mais ricos, sul e região metropolitana de Porto Alegre) mas ainda sim elite.

partido conseguiu se articular com outras forças de apoio.

No início do seu período de consolidação o PRR esteve por diversas vezes fora do poder, a instabilidade política no estado era tal que no período, de cerca de 9 anos, movimentos de oposição ofereciam um entrave na garantia do Partido no poder. Mas ao fim do processo, em 1898, Castilhos, então presidente do estado, conseguiu entregar o governo do estado a outro membro do PRR sem ter de enfrentar forças de oposição.

A consolidação discursiva se deu a partir do esforço de criar equivalências, primeiro, entre o PRR e o regime republicano e segundo da oposição como o anti republicanismo. A mobilização discursiva se caracterizou a partir de dois fatores, pela centralidade na Constituição Estadual e a importância do aparato militar. Operando percepções distintas de estado e do governo em relação aos demais partidos. A não estada do PRR no poder era mobilizada como uma ameaça ao estado republicano. E a oposição no governo era entendido como o mesmo que “ditadura, regime da violência e da anarquia” (PINTO, 1986, p.19). O entendimento de ditadura que o PRR operava para si estava baseada em: nos princípios positivistas que negavam a democracia e a doutrina liberal; na alianças com os demais republicanos do país; no rompimento e recriação da relação antagonista de ditadura e liberdade, as tornando equivalente; na relação de que a oposição no poder era o retorno do velho regime; pela preocupação com eficácia administrativa e na tônica de como o PRR era uma necessidade de estado. A propagação do discurso do PRR se dava a partir de jornais, dentre eles um dirigido pelo próprio Júlio de Castilhos, o “A Federação”.

Em 1892 após um período fora do poder o PRR retorna à posição de governo, a partir daí seus princípios de coerência ideológica e administração eficiente começam a aparecer (PINTO, 1986). Nesse ano também começa a ser montado um aparato militar próprio do estado, que ocuparia posição central na política de governo, a Brigada Militar é criada e persiste até hoje no Rio Grande do Sul e é entendida legalmente como um corpo militar estadual. Este aparato militar é justificado, pelo PRR, pela necessidade de criar condições não só para manter como consolidar o regime republicano. Além de ser uma forma de defesa do território de conflitos regionais. Desta maneira, no plano do discurso, os positivistas do Rio Grande do Sul fizeram com que a implementação de um aparato militar estadual fosse necessário para defender o regime republicano de todos aqueles que visavam destruí-lo. O PRR operou para desvincular a criação de um aparato militar da ideia de dominação

ditatorial, a Brigada Militar servia, na propaganda pública, para proteger o povo riograndense.

A criação de um corpo militar estadual necessitou de um gasto financeiro enorme. Que ia contra o princípio de equilíbrio orçamentário estabelecido pelo PRR. A isso se dava a justificativa de buscar um equilíbrio social e uma estabilidade ao regime republicano. Na esfera federal o aumento militar significativo não era bem visto e causou desconfiança no Congresso Nacional, aos questionamentos lá feito o PRR apresentava a Brigada Militar como meio de garantia do regime republicano.

Outro ponto a ser explicitado sobre o sucesso na criação da Brigada Militar Riograndense é o apoio que foi dado com a chegada de Floriano Peixoto a Presidência. Ainda que este apoio fosse contraditório. Se por um lado tanto para União quanto para as oligarquias regionais não era interessante existir tamanho poder militar nas mãos do PRR, por outro o apoio que o PRR fazia na região sul do país foi fundamental para Floriano alcançar o poder e conter revoltas. Para entender como se deu essa relação é necessário olhar para a luta pelo federalismo.

O federalismo foi ponto central da propaganda republicana. Durante o ano de 1891 estavam em debate na Assembleia Nacional Constituinte duas posições, uma seguida pela grande maioria dos republicanos visava um federalismo mais moderado e outra apoiada pelo PRR continha uma posição mais radical, buscando uma maior autonomia dos estados. É nessa assembleia que a posição do PRR sobre o tema aparece pela primeira vez. No período, Júlio de Castilhos era o representante gaúcho na assembleia. As propostas do PRR se davam a partir de quatro emendas que, segundo eles, garantiriam o verdadeiro federalismo:

“1. a separação entre a renda dos estados e da União; 2. exclusiva competência do estado em executar as leis civil e criminal; 3. a supressão do texto constitucional da regulamentação da organização dos estados; e 4. o direito exclusivo dos estados sobre a terra e minas” (PINTO, 1986, p.33).

A proposta de Castilhos visava garantir dois pontos de autonomia, a de gerir as finanças e a de organização política para que o estado se estruturasse sem interferência federal sob os moldes do partido. Há uma consonância de ideias entre as propostas do PRR e a posição expressa pelo Apostolado Positivista do Brasil. Ambos aceitavam a ideia de uma federação e o faziam com base nas ideias de Comte:

“Como é sabido, Comte defendeu a excelência dos pequenos países, que não deveriam ultrapassar três milhões de habitantes. No pensamento positivista brasileiro, a defesa dos pequenos países se transformou na defesa do federalismo radical” (PINTO, 1986, p.34).

Apesar da sua visão de federalismo não ter sido aceita o PRR adotou uma posição vitoriosa e defendeu a constituição criada como federalista. Além disso com o apoio de Floriano Peixoto o PRR conseguiu fazer com que a oposição se torna-se inconstitucional. Pois foi criada uma cadeia de equivalência entre a constituição e o regime republicano, do qual o PRR era representante e defensor.

No mesmo ano, 1891, é iniciada a criação da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, sendo uma aplicação concreta das ideias e doutrinas positivistas em seu âmbito político. Pinto (1986) aponta que a constituição proposta pelo PRR tinha muitas semelhanças com a constituição proposta pelo Apostolado Positivista para a esfera federal, sendo em muitos aspectos uma cópia. A constituição do Rio Grande do Sul visava extinguir a independência entre executivo e legislativo, sendo unificadas na figura do ditador. A estrutura do estado passava a ser compostas, em linhas gerais, pelo ditador, chamado de presidente, pelo legislativo, que cuidava apenas da aprovação das finanças, e do magistrado. Se tornava legal também a reeleição ilimitada.

O aparato militar garantia a ordem pública do regime no Rio Grande do Sul e sua Constituição foi instrumento chave, pois ignorava a estrutura coronelista e oligárquica e dava a base legal da garantia do poder.

No campo discursivo o PRR conseguiu êxito em legitimar suas práticas, tanto a nível local quanto federal. Na esfera local criou um aparato militar e a constituição que o garantia no poder. Por sua vez no contexto da república velha os partidos regionais não sofriam interferência do governo federal, sendo necessário só criar formas de garantir sua reprodução.

O PRR se tornou o partido dominante sem qualquer tipo de consenso entre as elites socioeconômicas locais. E apesar da sua constituição não ser condizente com o ideal da federação ela foi aceita, na medida em que servia para garantir a estabilidade política e econômica na região. No mesmo sentido se justifica a criação da brigada militar.

Ao fim do processo em 1898 o Rio Grande do Sul possuía um governo republicano estável apesar de não ter qualquer tipo liderança sobre a elite. Tentando promover uma harmonia orgânica entre as forças construiu sua imagem de governo eficiente e responsável pelo desenvolvimento econômico regional. Criando uma base de apoio a partir de seu discurso não oligárquico.

Getúlio Vargas

Dando sequência a este trabalho chegamos a terceira parte. Até este ponto foi discutida a questão do pensamento político, abordando sua formulação e relações etimológicas. Na sequência foi abordado o pensamento cerne desta obra, o positivismo, explicitando sua gênese, sua chegada e consolidação no Brasil e a experiência prática ocorrida no Rio Grande do Sul. Tendo esta trajetória em vista o capítulo que segue se dedica ao ponto fundamental proposto neste trabalho. Busca-se explorar a relação entre Getúlio Vargas e o pensamento político brasileiro. O capítulo que leva o nome deste proeminente político será dividido também em três partes. A primeira tratará de entender a relação entre Vargas e as ideias positivistas, que por aqui circularam e se constituíram, para explorar essa relação se torna fundamental reconstituir a formação de Vargas, formação política e intelectual, uma vez que sua história se mistura com a história do positivismo no Rio Grande do Sul. Dando sequência, a segunda parte deste capítulo se destina a explorar como, no campo discursivo, Vargas utilizou-se do vocabulário e das ideias positivistas para justificar, em 1937, a passagem para um regime autoritário. Por fim se busca retomar todo o estudo feito até aqui. Com o objetivo de, então, relacionar a ideia de pensamento político e o positivismo enquanto conteúdo e como ferramenta analítica para se entender a importância dessa corrente de pensamento para o agente político Getúlio Vargas, finalizando esta obra a partir de um panorama geral.

O Período de Formação

Boris Fausto em sua biografia sobre Getúlio Vargas (2006) inicia seu livro traçando um paralelo entre o Brasil de 1882, ano de nascimento de Vargas, e o de 1954, ano no qual comete suicídio. O Brasil essencialmente agrícola e com algumas poucas cidades urbanizadas da segunda metade do século XIX se transformou num país cuja indústria começara a se afirmar, a partir das migrações internas de uma população que mais do que dobrou de tamanho. Segundo o autor, Getúlio possuiu papel relevante nas mudanças que ocorreram no país. Neste subtópico não nos dedicaremos exatamente ao seu papel nesse processo, mas as ideias, ideias que nortearam sua visão sobre a política, o papel do estado e modelo de gestão deste estado. Aqui discutiremos a partir de um conceito chave como o qual temos trabalhado, o positivismo, explicitado anteriormente, sobre a sua influência na formação política e intelectual de Getúlio Vargas.

Como dito anteriormente Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 1882, mais exatamente em 19 de abril deste ano, meses depois da fundação do Partido Republicano Riograndense. Ele nasceu na região da campanha, na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, próximo a São Borja. Por bastante tempo o ano de seu nascimento era constado como em 1883, mas recentemente se esclareceu este fato, o jovem Vargas rasurou sua certidão militar ao ingressar na Faculdade de Direito de Porto Alegre (FAUSTO, 2006). As famílias que compunham o sobrenome de Getúlio, Dornelles e Vargas, eram famílias expoentes de lados opostos do conflito político riograndense, os Vargas estavam intimamente atrelados ao partido republicano do estado e por sua vez os Dornelles lutavam pelas causas do partido liberal. Ambas as famílias participaram ativamente do turbulento período que foi o século XIX na região. “O avô paterno de Getúlio, Evaristo José Vargas, lutou na Guerra dos Farrapos; seu avô materno, Serafim Dornelles, foi major de milícias insurretas e seu pai lutou na Guerra do Paraguai” (SÊGA, 2017, p. 41). As famílias inclusive chegaram, no período de instabilidade na região, após a proclamação da república, a entrar em conflito direto no ano de 1893 (FAUSTO, 2006, p. 23).

O pai de Getúlio, Manuel Vargas, alcançou grande importância política e

militar na região de São Borja. Aos vinte anos de idade, em 1865, Manuel Vargas fora convocado para servir as tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. No mesmo ano ele passou por seu batismo de fogo. Ao total esteve presente em 21 combates durante sua carreira militar. Além das batalhas o jovem Manuel acumulou medalhas por heroísmo. As medalhas eram seguidas por promoções de cargo, sempre por bravura. De tal forma que durante a carreira Manuel Vargas foi da posição de soldado a de general das forças armadas. Por sua vez Getúlio cresceu ouvindo as histórias do pai, e este se tornou um ídolo para ele, fazendo sempre que possível com que ele repetisse suas façanhas (NETO, 2012). Segundo Lira Neto, “Nas brincadeiras de criança, o pequeno Getúlio tentava reproduzir as pejejas vividas pelo velho Manuel Vargas, manobrando um exército em miniatura” (2012, p. 26).

Como todo filho de estancieiro o menino Getúlio aprendeu a montar, a caçar, a laçar e a carnear os animais. Tendo a típica educação rural da região, levada a cabo como toda a rigidez que um filho de militar poderia ter, como é bem documentado e explorado por Lira Neto no primeiro volume de sua trilogia sobre Vargas (2012). É discutível o papel que esse tipo de educação teria nas formulações de preferências filosóficas do jovem Getúlio, mas se destaca esse ponto pois ele não cresce como um jovem oriundo do setor burguês urbano, mas como filho de uma elite militar e rural legando-lhe uma outra visão de mundo. E há um trecho em que Lira Neto ressaltar bem esse ideal campesino e regionalista:

Para o rio-grandense, a carneação sempre foi um rito no qual a necessidade, a morte e a festa andam juntas. O berço missioneiro tratou de iniciar o menino Getúlio nesta implacável sentença dos pampas: o homem precisa matar com as próprias mãos, fazer jorrar o sangue de outras vidas para garantir a sobrevivência dos seus. O escritor e político gaúcho Pedro Vergara resumiria tudo em uma judiciosa sentença: “Não se pode comer sem matar; isso foi autorizado aos homens por uma divindade que se comprazia do cheiro da carne assada” (NETO, 2012, p. 27)

Este poderia ser um princípio de formação moral de Getúlio, cuja trajetória lhe oferece valores e princípios distintos para se lidar com a vida de homem público. Mas para além desta tese que poderiam resumir Vargas a um psicologismo, que poderia ser demasiado forçado, ocorre que muitos estudiosos criaram uma mística sobre a figura do político Vargas:

Getúlio Vargas já foi chamado por estudiosos de “majestade” (HAMBLOCH, 1936), de “enigma” (AXT, 2006) e de “esfinge” (BOURNE,

2012), entre outros epítetos. Escrever a seu respeito nunca foi tarefa fácil e ele próprio, inquirido por Gilberto Freyre em 1940, respondeu ambigualmente: “Eu não sou homem que se descubra, mas que deve ser descoberto” (FREYRE, 2000, p. 58). (SÊGA, 2017, p. 42).

Mas o fato é que a vida de Vargas foi relativamente bem documentada, seja pela estrutura burocrática do estado brasileiro no período, seja pelos jornalistas e cronistas da época assim como pelo próprio Vargas em seus escritos diários. Apesar disto, segundo Sêga (2017), poucos são os pesquisadores e biógrafos que se dedicam exclusivamente ao período de infância e juventude de Vargas, por vezes não passando de introduções em suas biografias. Mas é com sua entrada na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre que Vargas passa a ser figura pública. Tendo já alguns trabalhos que se dedicam a este período inicial de vida pública, como o do próprio Sêga (2017).

Vargas, antes de começar o curso de direito na capital gaúcha, é mandado a Minas Gerais, onde dois de seus irmãos, Viriato e Protásio, estudavam respectivamente Farmácia e Engenharia. O jovem Getúlio, com então quinze anos, estava ali para finalizar seu estudo secundarista e ingressar no ensino superior. Ali em Ouro Preto, então capital do estado, como nos conta Neto (2012), o jovem Getúlio teve uma educação melhor do que as oferecidas em São Borja. Lá os professores começam a notar a propensão do jovem Getúlio para a leitura. Mas este período tornou-se famoso devido a ocorrência de uma morte, resultante de rixas entre jovens gaúchos e paulistas. Em meio à confusão, no qual a família Vargas estava inserida, Getúlio é apontado como um dos culpados pela morte de Carlos Almeida Prada, filho do então presidente do Partido Republicano de São Paulo. Essa situação vai garantir aos Vargas um retorno imediato ao Rio Grande do Sul e o episódio será utilizado por opositores durante a vida pública de Getúlio.

Após seu retorno Getúlio “esboçou uma carreira militar, com algumas interrupções, até abandonar definitivamente o Exército em 1903 e, no ano seguinte, ingressar na Faculdade de Direito de Porto Alegre” (FAUSTO, 2006, p. 24). Esse ano é também marcado pela morte prematura de Júlio de Castilhos e a ascensão de Borges de Medeiros no estado, este que se tornara padrinho político de Getúlio, mas com quem teve uma relação “longa e contraditória” (FAUSTO, 2006, p. 25) com aproximações e afastamentos entre as partes. É neste período em Porto Alegre que Getúlio começa a participar de reuniões políticas e vai

construir relações que perduram por toda sua vida.

Esse período é de suma importância para este trabalho. Sêga (2017) ressalta uma divergência entre os estudiosos de Vargas sobre sua visão filosófica e política: Há os que o entendem como alguém meramente pragmático que se adapta às situações (SKIDMORE apud SÊGA, 2017), ou como parte da “Geração de 1907” compondo como parcela de uma juventude marcada pelo castilhismo-borgismo, sendo seguidores de forma inflexível, havendo ainda quem argumente que Vargas seria fortemente influenciado pelo socialista utópico Saint-Simon (FREITAS apud SÊGA, 2017, p. 44). Mas seguindo o argumento do autor, para além de pontuais influência ao pensamento de Vargas deve-se buscar uma “visão de mundo”. Esta perspectiva analítica converge, como o que discutimos ao início deste trabalho ao desenvolver o conceito de pensamento político. Tal perspectiva para Sêga, partindo de Ricardo Vélez Rodrigues, entenderia Vargas como uma conciliação entre os pensamentos “positivismo, darwinismo social e saint-simonismo”²³ (2017, p. 45). Sobre esta afirmativa como foi visto no capítulo sobre positivismo há diversos pontos de convergência entre Comte e Saint-Simon, por exemplo na perspectiva sobre o papel do messianismo, que Pedro César Dutra Fonseca (2001) apresenta como posições distintas que fora operado por Vargas no discurso, de hora se colocar supra classe e hora se estabelecer em prol do povo e dos trabalhadores, como um populista clássico. Mas ambas as perspectivas cabem dentro do pensamento de Comte.

A formação de Vargas no período em que era estudante de direito é influenciada por várias questões, as próprias ideias do PRR do qual já era

²³ Acerca deste ponto específico cabe ressaltar que por mais que Sêga elenque estas como as três categorias como perspectivas mais amplas para se entender o pensamento de Vargas há uma confusão sobre que parcela de que conjunto teórico seria representado na vida política de Getúlio. A categoria de darwinismo social, no texto se confunde com o evolucionismo social de Herbert Spencer que inicialmente era um proeminente seguidor de Comte, mas que na realidade Spencer seria crítico do que se caracterizou como darwinismo social em sua discussão sobre justificativas raciais de estruturas políticas e que está ressaltada como questão proeminente para Vargas. Não obstante Saint-Simon e Comte tiveram uma relação intelectual inegável, como explorado no capítulo sobre o positivismo, se aproximando e afastando em pontos diversos. Talvez um ponto a se destacar seja a visão sobre a Igreja ao qual Saint-Simon fazia uma defesa de um catolicismo enquanto Comte promulgava uma outra religião ainda que com estrutura similar, uso esse exemplo pois Vargas (2012) enquanto orador no discurso de formatura de sua turma lança diversas críticas sobre a igreja católica. Dito isso o uso destes três conceitos parece perder força uma vez que a filosofia positivista e suas ambiguidades também chamada de plasticidade pode oferecer a capacidade explicativa necessária.

membro, da forma como se constituía o programa de Direito da faculdade e suas afinidades próprias, se deve atentar como bem coloca Sêga “Se sua formação política foi forjada por situações históricas bem específicas, decorrentes do próprio *habitus* do Rio Grande do Sul castilhistaborgista, suas preferências de leituras o conduziram a uma postura às vezes divergente em relação ao governo do Estado gaúcho durante a Primeira República” (2017, p. 46).

Sêga, em seu trabalho, assim como este, ressalta o papel do positivismo na atuação política, que segundo ele muito se deve ao PRR, mas que não operava de forma tão profunda em suas reflexões pessoais. Como explicitado por Rodrigues (1982b) Vargas se insere na visão castilhista de *bem público*, que é entendido como um fortalecimento do mesmo com o objetivo de promulgar através dele uma missão educadora, que dá as bases para um regime da virtude (p. 44). Vargas enquanto estudante de direito começou a fazer discursos públicos, tornou-se diretor do movimento estudantil e, segundo consta, obteve destaque como orador desde cedo. Fonseca ressalta ainda: “Sendo adepto da corrente positivista de direito jurídico desde início, utiliza a mesma na linguagem do seu discurso mas com pitadas de heterodoxia” (2001, p. 4). Sêga observando, especificamente, este período da vida do jovem Getúlio buscou entender a relação entre o pensamento de Getúlio e o castilhismo-borgismo, o fazendo a partir de sua produção intelectual seja discursos proferidos, artigos publicados em mídia impressa e prova da faculdade de Direito. Para o autor o “batismo” de Getúlio aconteceu em 1903 quando faz um pronunciamento na sessão fúnebre do proeminente Júlio de Castilhos.

Em 1904 em sua prova de filosofia do direito, Vargas estabelece o fenômeno jurídico a partir da teoria evolucionista de Herbert Spencer, a partir de propostas como “sobrevivência do mais apto” e da moral humana moldada pela biologia. Getúlio condicionou aqui a conduta ética dos indivíduos a um contexto social maior e que devia forjar as leis de condutas individuais” (SÊGA, 2017, p. 48). Por sua vez em sua prova sobre direito criminal, no mesmo ano, Getúlio rechaçou as propostas dos principais autores como Rousseau, Bentham e Kant apresentando uma visão mais “angustiada”, que seria uma abordagem comum a passagem de um punitivismo repressivo estabelecido no período do século XIX e início do XX a uma crescente da autopunição a qual Foucault aborda em “Vigiar e

punir” (SÊGA, 2017, p. 50).

Por sua vez, em 1906, em discurso de saudações ao recém-eleito Presidente Afonso Augusto Moreira Pena, Vargas transpareceu um ênfase ao republicanismo e apresentou um espírito determinístico “que marcava bem o pensamento getuliano desse período” (SÊGA, 2017, p. 51). O papel da geografia e da raça em junção a um valor cívico também recebem destaque. No mesmo ano em sua prova de economia política, além de retomar Spencer, Getúlio terá um argumento baseado no positivismo jurídico italiano, que continha uma visão determinística da história, tão comum aos expoentes do positivismo, dentre eles o próprio Spencer. Nesse período, anterior a Revolução Russa, Vargas ainda não tinha se constituído como um anticomunista, mas já apresentava críticas fortes ao pensamento anarquista de Proudhon e a posição do liberalismo econômico (*laissez-faire*). Como ressaltam Sêga (2017) e Fonseca (2001) no campo econômico Getúlio sempre se mostrou um antiliberal bem ao gosto do positivismo do PRR, que como explicita Bosi (2007) se dava pela predileção ao intervencionismo e pelo equilíbrio orçamentário. Destaca-se, também, no trecho escolhido por Sêga o entendimento de Vargas da oposição entre Estado-providência e o estado liberal, “Estado gendarme” (VARGAS apud SÊGA, 2017, p. 52), categoria também explorada por Bosi (2007).

É só em 1907 que Getúlio entra de fato para o PRR e é nesse mesmo ano em que publicou no principal jornal positivista, “A Federação”, criado e dirigido por muitos anos por Júlio de Castilhos, lançando o “Manifesto Político: os Acadêmicos Castilhistas ao Rio Grande do Sul” no qual Vargas argumenta que:

O Rio Grande do Sul assiste neste instante a uma nova hégira: são ovelhas desgarradas que voltam ao aprisco trazidas aos ombros de um bom pastor, são corações transviados que murmuram o confiteor, são filhos pródigos que regressam aos lares depois de ter sentido o trave de todas as amarguras, é enfim o Partido Republicano articulado, visceralmente unido aos mesmos princípios que têm feito a sua grandeza, formando um quadrado de honra em torno da obra portentosa do Mestre Imortal. Para a mocidade tocou também o rebate. E a mocidade veio. E a mocidade aqui está reafirmando em documento público a sua solidariedade infrangível ao programa castilhista, onde ressalta como joia de mais fino lavor a Constituição de 14 de julho, obelisco gigantesco levantado para a glória da raça latina, que, durante dezesseis anos de experimentação rigorosa, tem resistido impavidamente aos golpes incessantes, vibrados quase diariamente pelos reacionários de todas as cores políticas e filosóficas (VARGAS, 1997, p. 78-79 apud SÊGA, 2017, p. 54).

Além de prestar seu apoio incondicional ao programa político do PRR, Getúlio exalta a sua geração de “filhos pródigos” que estão “visceralmente unidos aos princípios que têm feito a sua grandeza [do PRR]”. Nota-se também o uso do termo “reacionários” de forma pejorativa, condizente com parte da estratégia do PRR, como visto no capítulo anterior, de fazer a relação entre a oposição e um retorno ao passado.

Ainda em 1907 visando dar apoio ao candidato do PRR a presidência do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves, Getúlio e seus colegas criam o “Bloco Acadêmico Castilhistas” em um apoio total às candidaturas do partido. Sêga destaca que de “tal bloco acabou contando também com dois cadetes da Escola de Guerra de Porto Alegre que vieram a ganhar destaque mais tarde na vida nacional: Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) e Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889-1956)” (2017, p. 55). A construção do bloco resultou na criação do jornal “O Debate” que constava com Vargas como secretário de redação. Neste jornal ele publicou um texto, em 1907, chamado “O fetichismo da frase” no qual Sêga (2017, p. 55) destaca por conter um tema caro ao pensamento de Getúlio, a religião.

Apesar de passar por uma criação católica, Getúlio nunca foi um devoto e nesse texto afirma a supremacia da razão sobre a metafísica que, segundo o autor, tenderia mais a um agnosticismo que a um deísmo. Em diversos momentos Vargas apresentava críticas ao cristianismo. Em seu discurso de formatura comentou da importância de Nietzsche²⁴ e depois afirmou que “a moral cristã é contrária à natureza humana” (VARGAS, 2016 apud SÊGA, 2017, p. 55). Ainda nesse seu discurso argumenta que o cristianismo espalhou uma moral ““interessada no desinteresse alheio” e [faz] [d]a esmola uma esperança de salvação, creditada no activo da bemaventurança [sic]” (VARGAS, 2012, p. 1). Complementando ainda que a religião cristã “procurando resolver o problema da

²⁴ A ideia de que Getúlio Vargas foi leitor de Nietzsche já é explorada em diversas biografias, contudo não sendo explorado em mais do que algumas linhas. O filósofo alemão é citado por Vargas em sua juventude no seu discurso de formatura apresentado como um “hallucinado genial [sic.]” (VARGAS, 2012) exaltando suas contribuições com os termos de apolíneo e dionisíaco e ao modo de vida grego. Mais tarde já a frente do estado brasileiro é publicada em 1939 no jornal *A Noite* o texto “Nietzsche e Getúlio Vargas” (REIS, 2015) que consiste em uma entrevista na qual Getúlio fala da influência do filósofo em seu pensamento. No ano seguinte, em 1940, sai no jornal *Gazeta de Notícias* o texto “Nietzsche Triunfante” (BARATA, 2015) no qual o autor traça um paralelo entre o pensamento de Nietzsche e o governo de Getúlio Vargas. Sêga (2017, p. 52) nos aponta textos que argumentam que a leitura que Vargas faz de Nietzsche poderia ser um entendimento deturpado da obra do autor, assim como fazem os nazistas, usando de base para o seu antisemitismo, contudo há nessa relação, do filósofo com o governante, ainda espaço para explorações futuras.

felicidade, eriçou de espinhos a estrada para chegar a ella[sic.]. A morte é a aspiração suprema e a vida um castigo” (VARGAS, 2012, p. 1). É importante lembrar nesse ponto que o positivismo já nos apresentava uma posição contrária ao cristianismo, mas que ao mesmo tempo entendia a importância, do ponto de vista sociológico e psicológico, da religião para a sociedade e o governo. As propostas de Comte se dão pela crítica feroz a toda a metafísica religiosa e pela proposta de criação de uma religião civil e atrelada ao estado que tivesse como norte a ciência e a humanidade como entidade máxima, como bem já foi explorado no capítulo anterior. Dito isso há de se ressaltar, também, que um dos irmãos de Getúlio, Protásio Vargas, foi “entusiasta da “Religião da Humanidade” de Augusto Comte e colaborador da “Capela Positivista” de Porto Alegre” (SOARES, 1998, p. 177 apud SÊGA, 2017, p. 55). Ainda em seu discurso de formatura Getúlio aponta uma perspectiva evolutiva quanto ao progresso, dizendo que “O progresso não se fez com o christianismo, mas o fez apesar d’ell[sic.]” (VARGAS, 2012, p. 1) e que “A luta do pensamento tem sido para quebrar as algemas que ele mesmo forjou” (2012, p. 1). Mediante tais posições tornaria-se possível lançar a ideia de que Vargas não nutria bons sentimentos para com as religiões de matriz judaico-cristã, mas que entendia sua importância do ponto de vista social²⁵. Vargas parecia pender mais para uma perspectiva nietzschiana neste tema do que positivista, ao menos em sua juventude.

No encerramento do seu ciclo acadêmico Getúlio, no seu já citado discurso de formatura, oferece mais um ponto a se destacar. No trecho destacado por Sêga:

A vida caracteriza-se por uma luta tendente para a harmonia e para o equilíbrio. Augusto Comte, comentando Alamvile, diz que a harmonia entre o ser vivo e o meio correspondente caracteriza evidentemente a condição fundamental da vida. Vem Spencer e completa-o, pois a vida é isso mesmo; é a combinação definida de mudanças heterogêneas ao mesmo tempo simultâneas e sucessivas em correspondência com as consequências e sequências externas, ou mais simplesmente – é a acomodação descontínua das relações internas com as relações externas. Assim a vida propriamente não se define, caracteriza-se. A vida é uma manifestação do movimento, um modo de ser da matéria. O seu principal característico é a assimilação, a absorção nutritiva do organismo

²⁵ Na posição de governante Vargas por vezes se fez presente em comemorações religiosas, como as “festividades pela consagração de Nossa Senhora Aparecida como Rainha e Padroeira do Brasil” (NETO, 2013, p. 202-203 apud SÊGA, 2017, p. 55).

(VARGAS, 2016 apud SÊGA, 2017, p. 56).

Destaca-se aqui a visão harmônica sobre o social, retirado de Comte e reforçado por Spencer, juntamente da ideia de organismo constituído de diversas partes que se relacionam totalmente condizente com o pensamento positivista. Essa harmonia social aparece no castilhismo-borgismo por uma proteção ao proletariado, que posteriormente se constitui no “trabalhismo” no qual partidos, sindicatos e organizações empresariais passam a fazer parte da estrutura do estado brasileiro. Nisto cabe a afirmativa de Fonseca, destacada por Sêga:

O trabalhismo herdou do positivismo as noções de progresso (o desenvolvimento), de “integração do proletariado à sociedade moderna” e de aversão a perturbações drásticas na ordem social, mas dele se afastou ao admitir maior interferência estatal nos conflitos de classe e ao prescindir da ortodoxia em matéria de política econômica (orçamento equilibrado, austeridade, finanças sadias), além de sua base filosófica: o materialismo (FONSECA, 2001, pp. 119-120 apud SÊGA, 2017, p. 57).

A partir desta noção Sêga destaca que Getúlio age com certa heterodoxia com relação a propostas do PRR, adquirindo postura crítica, criando certas situações. “A primeira delas aconteceu em 1913 quando Getúlio começou a mostrar suas convicções e personalidade fortes ao renunciar seu novo mandato de deputado estadual, diante da intervenção de Borges de Medeiros nas eleições de Cachoeira” (SÊGA, 2017, p. 57), a relação dos dois tornou-se adversa por três anos mas culminou com Getúlio assumindo como Chefe de Polícia de Porto Alegre. Alfredo Bosi (2017) destaca que entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas havia um diferença significativa, e isto se mostrou na diferença entre os dois no cargo de Presidente do Rio Grande do Sul, “nessa área de fricções Borges de Medeiros foi, mais de uma vez, esquivo aos reclamos dos estancieiros, ao passo que seu discípulo e sucessor Getúlio Vargas soube atender com boa dose de pragmatismo ora aos industriais, ora aos pecuaristas segundo pedisse a conjuntura” (p.206) a posição heterodoxa de Getúlio possibilitava uma maior plasticidade política e capacidade de lidar com as conjunturas adversas buscando atender os diversos setores e promulgar a harmonia.

Sêga termina seu texto com uma colocação fortemente instigante, retirada de Paulo Ricardo Pezat:

De qualquer forma, é inegável que a experiência política desenvolvida pelo PRR no Rio Grande do Sul durante a República Velha teve no positivismo seu fundamento ideológico principal. Guardadas as proporções, sem muito exagero, poderíamos dizer que o Rio Grande do

Sul da Primeira República esteve para a obra de Comte assim como a União Soviética esteve para a obra de Marx, no sentido de que foram tentativas de moldar as instituições das referidas sociedades a partir da literatura sociológica produzida no decorrer do século XIX pelos dois pensadores, para isto sendo criadas estruturas partidárias disciplinadas como instrumentos de propaganda, de conquista e de exercício do poder. É bem verdade que as ideias de Comte e de Marx foram substancialmente transformadas nas adaptações feitas por Castilhos e por Lenin (e ainda mais por Borges e por Stalin, continuadores pouco afeitos às especulações filosóficas), mas ambos os pensadores permaneceram, em menor ou maior grau, servindo de tutores intelectuais das políticas implementadas pelos republicanos gaúchos e pelos bolcheviques soviéticos (PEZAT, 2007, p. 78).

A comparação de Comte estar para o PRR da mesma forma que Marx estava para a União Soviética é para além de interessante, substanciosa. Ainda mais como publicações que contribuem nesse sentido como o texto “A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média” de José Murilo de Carvalho (2017) no qual ele oferece uma comparação nesse sentido devido ao caráter doutrinário, juvenil e disruptivo, com relação a estrutura política e econômica, estabelecida que ambos os movimentos enfrentavam. Nessa comparação Vargas estaria em uma geração posterior a dos que instauram o regime, talvez fazendo do termo “Geração de 1907” ainda mais robusta, e caracterizando pela abertura com relação a doutrina inicial.

O Estado Novo e o discurso positivista

Como se pode notar parece substanciosa a relação que Vargas possuía com o pensamento positivista, especialmente em sua faceta política explorada pelo Partido Republicano Riograndense. Para além da relação prática há no seu pensamento político uma concepção filosófica positivista, que durante sua formação, Vargas explorou em seus discursos, escritos para jornais e teses universitárias. Segundo Fonseca: “A influência positivista em Vargas, na República Velha, manifestou-se não só no vocabulário utilizado (evolução, etapas, progresso, ordem, ciência), como nos autores citados (Comte, Mill, Spencer) e na defesa de aspectos essenciais deste ideário, como o antiliberalismo” (2004, p. 5) expressando tais ideias nos cargos políticos pelos quais passou, sendo: Deputado Estadual (em 1909, reeleito em 1913 e em 1922), membro da Assembleia dos Representantes (eleito em 1917, 1919 e 1921), Deputado Federal (em 1925) e Presidente do Estado (de 1928 – 1930).

Em 1928 se inicia uma nova fase política na vida de Getúlio Vargas, à frente da presidência do seu estado. Gerando mudanças significativa de gestão, do ponto de vista da política regional se permite uma maior presença da oposição, organizada em 1928 no Partido Libertador (PL), incluindo membros na administração e realizando recontagens de votos quando as eleições foram feitas. Já na economia realizou reformas tributárias e passou a dar atenção aos diversos setores da economia, ponto explicitado anteriormente que marcava a diferença entre Vargas e seu antecessor Borges de Medeiros. O Rio Grande do Sul havia contraído nos anos anteriores uma dívida significativa e no ano de 1928 o estado realizou um empréstimo do exterior, para quitar tais dívidas e criar um novo banco estadual o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BERGS)²⁶ que passa a ter um papel importante na dinamização da economia do estado (FAUSTO, 2006, p. 31 – 32). Tais medidas resultaram numa “pacificação” da disputa política regional garantindo a Vargas um recurso político significativo para as eleições a Presidência da República em 1930.

Segundo Fausto (2006) o fator decisivo para a derrocada das eleições de 1930 foi a insistência do então presidente Washington Luís em lançar como seu indicado para o cargo o paulista Júlio Prestes, rompendo com a relação política de revezamento entre São Paulo e Minas Gerais. Mediante tal situação os políticos Mineiros acenam a Getúlio uma possibilidade de apoio, que Vargas recebe com certa evasão e relutância. A situação resulta na candidatura de Getúlio Vargas ao cargo de Presidente da República. “Numa eleição em que a fraude imperou de ambos os lados” (FAUSTO, 2006, p. 38) o candidato governista saiu vitorioso e ao mesmo tempo se iniciou um movimento de ares revolucionário, ainda que sem muito apoio e entusiasmo de Vargas. “Em fins de 1929, a corrente mais radical e mais jovem da Aliança Liberal, que incluía nomes como João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, passou a admitir a ideia de um movimento armado em caso de derrota nas urnas, e para isso buscou se aproximar dos tenentes revolucionários, exilados ou não” (VARGAS, 2011, p. 27). Alguns fatos se desenrolam, como a morte de João Pessoa no Recife e em 3 de outubro de 1930 estourou a revolução. Getúlio então assumiu o comando das operações e instalou seu quartel general em Ponta Grossa preparando-se para confronto na

²⁶ O BERGS persiste até hoje, mas com o nome que foi modifica durante a década de 1970, chamando-se hoje de Banco do Estado do Rio Grande do Sul ou BANRISUL

divisa de São Paulo e o Paraná. Os choques militares se centraram em São Paulo e em 3 de novembro daquele ano Getúlio Dornelles Vargas assumiu a Presidência da República. Destacasse a observação de Getúlio em seu diário no 20 de novembro sobre este momento:

Em vez de o sr. Júlio Prestes sair dos Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e o cortejo dos bajuladores, eu entrei de botas e esporas no Campos Elísio, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo no Catete, com poderes ditatoriais (FAUSTO, 2006, p. 41).

Em meio a um cenário econômico (pós crise de 1929) e político instável Vargas tentou conciliar o que aprendeu em sua formação, política e intelectual, levando o projeto político do Partido Republicano Riograndense para a esfera federal. Se mantendo dessa forma “fiel à sua formação política, essencialmente castilhistas e, portanto, positivista” (RODRIGUES, 1982b, p. 45), seguindo o “espírito” castilhistas em matéria de imigração e na sua sensibilidade pelo tema da incorporação do proletariado urbano a sociedade. Mas o ponto maior de convergência estava presente em sua “concepção autoritária do líder político” a única distinção entre Vargas e Castilhos era que “mudava apenas o cenário de ação, conservando-se intacta a procura do poder pessoal total” (RODRIGUES, 1982b, p. 45).

Fonseca (2001) nomeou este primeiro período de Vargas à frente do governo do estado e em seguida do governo federal, de “O desenvolvimentismo autoritário” (2001, p. 5), devido ao termo desenvolvimento que passa a ser utilizado com mais corpo, “este não deixa de ser uma atualização da velha idéia do progresso positivista, já que concebido como etapa de uma marcha progressiva, a qual caberia o estado impulsionar, sem evidentemente prescindir do mercado e da propriedade” (FONSECA, 2001, p. 6). Segundo o autor este passa a ser a base da ideologia do estado, meio pelo qual foi promulgada a práxis que amplia a agenda do estado com o setor industrial a frente. Ao mesmo tempo que se ampliou e se armou o que se convencionou chamar estado-providência um ponto significativo das propostas do PRR vai sendo deixada de lado, o discurso sobre equilíbrio orçamentário, apesar de ainda aparecer no campo discursivo. Medida, segundo Fonseca (2001), consonante ao espírito da época que foi marcado pela

polarização entre nazismo e fascismo e pela crise das democracias liberais afundadas pela Grande Depressão.

Em 1930 se criou o Ministério do Trabalho, Industria e Comercio que centralizou o ideal do desenvolvimentismo, marcado pelo diálogo com o empresariado e a criação da legislação trabalhista e da estrutura sindical. “Era o “ministério da revolução”, nas palavras de Vargas, em contraposição ao “marasmo” e às “oligarquias” da República Velha” (FONSECA, 2001, p. 7), essa citação é interessante pois a ideia de desenvolvimentismo dá suporte a ideologia do estado, que discursivamente, como foi muito praticado pelo PRR, vinculava o período anterior ao dos opositores e o caracterizava de forma negativa denominando como “oligarcas” e criando a ideia de uma República Velha em oposição ao novo governo. A ideia de dois países, um do passado rural, atrasado e dominado por oligarquias e outro modernizador, industrializante e centralizado como exposto no início deste capítulo não é mera coincidência, através do desenvolvimentismo se realizou um esforço para refundar o Brasil. “A Revolução de 1930 foi objeto de várias interpretações. Alguns a classificaram como uma revolução burguesa, outros como uma revolução das classes médias, e outros apenas como um golpe militar” (VARGAS, 2011, p. 27). Os efeitos da mudança aparecem logo de início, a política federal que era descentralizada e de caráter federalista passou por um processo de centralização e o intervencionismo cresceu. O processo de centralização necessitou de novas instituições e de uma grande articulação de interesses de setores diversos.

Os primeiros anos da década de 1930 foram marcados pela ideia de um novo governo, que visava se desvencilhar do anterior, se criou uma nova constituição se expandiu o direito ao voto e se fundou o projeto de “reconstrução nacional”. Os poderes do Presidente passaram por certas restrições com a constituição de 1934 e Vargas foi eleito indiretamente Presidente, também durante este período constitucional. Foram criados diversos aparatos de regulação econômica, visando proteger os insumos, também se tornou mais visível a atuação de movimentos de massa “De um lado, situava-se a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista criada em 1932 por Plínio Salgado; de outro, surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), apoiada pelo Partido Comunista (PCB)” (VARGAS, 2011,

p. 32). Já em 1935 a ANL é posta na ilegalidade, algum de seus membros são presos e a tônica contra o comunismo começa a se expandir. A resposta é dada através de revoltas comunistas pelo país, que além de não obterem sucesso foram fortemente reprimidas. Preparando-se para eleições desde 1936 começaram a surgir candidatos, mas a reforma econômica, o medo do comunismo e especialmente e uma aparente incapacidade de eleição fizeram com que Vargas desse rigidez ao seu discurso.

Pelo meio da década de 1930 a tônica anticomunista tomou conta do Governo. Especialmente após o caso da Intentona Comunista em 1935 liderada por Luís Carlos Prestes, “que, se não foi responsável isoladamente pelo golpe de 1937, deu uma ajuda inconsciente, mas considerável” (FAUSTO, 2006, p. 75). Num país de fracas e recentes instituições democráticas, cujo líder Getúlio, nutria um desprezo pela ideia de democracia sendo seu autoritarismo marcado “especialmente no combate sem trégua que durante a vida inteira desencadeou contra o governo representativo” (RODRIGUES, 1982b, p. 45) a resposta aos comunistas não poderia ser outra se não a forte repressão, do qual se destacam os casos de brutalidade ocorridos com Olga Benário e Arthur Ernst Ewert dentre diversos outros.

Em meio a este ambiente repressivo, constituído a partir de 1935, começaram a surgir as candidaturas para as eleições presidenciais diretas, marcadas para o início de 1938. Tanto nomes da base do governo, quanto da oposição começam a surgir no debate público. Getúlio não declarava apoio a nenhum dos candidatos “em primeiro lugar, porque ele e a cúpula militar tinham outros planos” (FAUSTO, 2006, p. 79).

Nesse período Vargas conseguiu apoio pessoal dos integralistas, reforçou o aparelho de estado pela nomeação de dois antigos membros do “Bloco Acadêmico Castilhistas”, o então General Góes (Pedro Aurélio de Góes Monteiro) para chefe do estado-maior do Exército e o General Dutra (Eurico Gaspar Dutra) para o Ministério da Guerra. E antes mesmo de se lançarem os candidatos a eleição Presidencial, Francisco Campos, um dos ideólogos do Estado Novo como bem explorado por Silva (2004), já havia redigido a carta de 1937. Em 1937 ocorreu um novo cenário de instabilidade, principalmente política, que foi articulado de forma a retomar o esforço para aumento da centralização e conseqüentemente dos

poderes do Presidente. Ocorreu então a encenação do Plano Cohen, plano forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho²⁷ que visava, a partir de documentos falso, simular uma tentativa de revolução comunista no Brasil. O plano garantia uma base para o governo federal de ameaça a nação e sobre ela se justifica a supressão da constituição de 1934 e a instauração do primeiro regime autoritário comandado por um civil da história do Brasil. Em novembro de 1937 o golpe foi dado e passou a se instaurar de vez o Estado Novo. “Na manhã do dia 10 de novembro, soldados da polícia do Distrito Federal cercaram o congresso” (FAUSTO, 2006, p.80). Nesse mesmo dia o Presidente Getúlio Vargas lançou um discurso, “A Proclamação ao Povo Brasileiro”.

Visando entender como se deu a articulação pública que justificava o regime ditatorial através dos discursos, promulgados por Vargas no período, se fará uma análise discursiva. Atentando para as suas justificativas procurando nelas a presença remanescente da filosofia positivista expressa através do vocabulário. Como dito anteriormente o discurso anticomunista na esfera federal começou a ganhar corpo com a tentativa comunista em 1935. A partir deste caso os comunistas passaram a ser um inimigo significativo do governo, pelo menos no campo discursivo. Sendo a ameaça comunista no Brasil utilizada como justificativa para entrada num regime autoritário em 1937. Buscando entender como se deu a mobilização de ideias no campo do discurso vamos analisar agora alguns discursos proferidos por Vargas entre 1936 e 1938, abrangendo um período anterior ao estado novo e posterior a sua promulgação. Diversas coletâneas se dedicaram a congregar os discursos proferidos por Vargas, tratando dos diversos períodos em que estava governando, caso deste trabalho utilizaremos a publicação *Perfis Parlamentares* (2011), número 62, dedicada a Getúlio Vargas.²⁸

No dia primeiro de janeiro de 1936 Vargas faz um pronunciamento no qual rememora os ataques dos comunistas, no ano anterior, e a necessidade de defender desse mal que visa, segundo ele, destruir as conquistas sociais.

²⁷ Era membro do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira, além de Capitão do Exército lotado no estado-maior do exército. Terá destaque mais tarde ao ser o General no desfecho do Golpe de 1964 (FAUSTO, 2006, p. 79).

²⁸ *Perfis Parlamentares* é uma coleção temática da Câmara de Deputados que se dedica a políticos brasileiros com resumos históricos e discursos feitos por estes políticos.

Juntamente ao anticomunismo o discurso acompanha uma “defesa da ordem social e patrimônio moral da nação” (VARGAS, 2011, p. 348) sendo ambos temas caros a filosofia positivista, que entendia a sociedade como um todo harmônico e orgânico. Na filosofia de Comte a ideia de nação era fundamental, pois era ela uma representação menor da humanidade.

Da mesma maneira que o PRR visava desqualificar a oposição ligando a um retorno ao passado e a um modelo político ruim, Vargas estabelece os comunistas como o inimigo e neste mesmo discurso salienta que:

Em flagrante oposição e inadaptável ao grau de cultura e ao progresso material do nosso tempo, o comunismo está condenado a manter-se em atitude de permanente violência, falha de qualquer sentido construtor e orgânico, isto é, subversiva e demolidora, visando, por todos os meios, implantar e sistematizar a desordem, para criar, assim, condições de êxito e oportunidades que lhe permitam empolgar o poder a fim de exercê-lo tiranicamente, em nome e em proveito de um pequeno grupo de ilusos, de audazes e de exploradores, contra os interesses e com o sacrifício dos mais sagrados direitos da coletividade (VARGAS, 2011, 348).

Se destaca no trecho uma visão que cria equivalências entre o atual regime a ordem, e o comunismo como uma fonte de desordem, de destruição e da violência. Que com um discurso “ilusório” quer estabelecer privilégios a um pequeno grupo enquanto se aproveita do coletivo. A analogia orgânica aparece de forma significativa nesse discurso e o comunismo como fonte de destruição desse organismo, ou como comenta em outro trecho “organicamente antissocial”. Outro ponto é que o comunismo visa destruir todos os direitos e benefícios sociais que foram constituídos até então, especialmente os trabalhistas:

Basta referir, para tanto, os direitos e os benefícios assegurados aos nossos trabalhadores desde 1930, como sejam a organização sindical, a lei de oito horas, a regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças, a lei chamada dos 2/3 obrigando o aproveitamento de 2/3 de nacionais em todos os estabelecimentos do comércio e da indústria, a aplicação da lei de férias, a representação de classe e, finalmente, a instituição de grande número de institutos de previdência social, garantidores da subsistência na velhice ou na invalidez, amparando o futuro das famílias, na desgraça ou na orfandade, para os comerciários, bancários, empregados de empresas de transporte, marítimos, estivadores e demais colaboradores da riqueza e do bem-estar coletivo (VARGAS, 2011, p. 350).

Este argumento é também condizente com os princípios conservadores do

positivismo, que tenta congrega conservadorismo com progresso científico. Para além de apelar a um populismo típico criando equivalência entre o comunismo e a destruição de tudo que foi estabelecido. Noutra trecho explicita que o comunismo produziria “o relaxamento dos vínculos morais e a passividade, o egoísmo comodista dos elementos responsáveis pelo equilíbrio da vida social.” (VARGAS, 2011, p. 351) ideias também condizentes com a perspectiva orgânica e coletivista do positivismo na qual o equilíbrio social deve ser mantido.

Na sequência em 7 de setembro de 1936 na comemoração de independência Vargas fez outro discurso alertando os perigos dos bolcheviques. Neste discurso logo de início há um trecho interessante:

Emancipados sob a forma de monarquia constitucional representativa, chegamos, depois de um período experimental de autogovernança, ao regime republicano sem quebrar a continuidade de nossa estrutura democrática, desfrutando amplas perspectivas de progresso e lugar cada vez mais respeitável no seio de povos civilizados (VARGAS, 2011, p. 353).

Se deve destacar primeiro uma divergência quanto ao discurso do PRR, Vargas apresenta o passado não como modelo negativo, mas como estágio anterior de progresso, tendo um tom bem mais brando, provavelmente pela República já estar estabelecida tornando regimes como a monarquia fora do horizonte de possibilidades. Outro ponto é seu argumento de que todo o processo foi democrático, talvez como forma de abrandar o regime que o mesmo dirigiu, uma vez que democracia parece não ter sido um valor primordial, ou mesmo secundário ao governante. Uma possibilidade também é tentativa de criar uma equivalência entre o regime em vigor a um valor entendido como positivo, no caso a democracia, sendo então o resultado de um longo processo de progresso democrático no qual o pós 1930 seria o ápice.

Na sequência ele complementa com “Todo o nosso progresso político e social se fez dentro dos rumos traçados pelos estadistas que fundaram a nacionalidade: o espírito de concórdia, a preeminência da paz para o trabalho fecundo, da ordem para o esforço criador” (VARGAS, 2011, p. 353). Afastando do processo político brasileiro a instabilidade e os conflitos, observando o sentido histórico, estabelecido a *priore*, como harmonioso e pacífico. E mais ainda do papel do grande projeto nacional, tecla muito tocada pelo desenvolvimentismo levada a cabo por grandes líderes ou proeminentes estadistas condizentes com a

proposta de estrutura social de Comte, no qual o líder orientado pelos filósofos positivos estrutura a nação e seu caminho para o progresso. No papel de discursista Vargas segue com: “assim como o organismo político se foi solidificando e estabilizando, sempre no sentido de dominar os particularismos e unificar a vontade coletiva numa fórmula de alta coesão nacional”. Comte em sua teoria da história interpreta a história por uma teleologia, da mesma forma como aparece nos discursos de Vargas, além de salientar o papel do projeto de sociedade, que deveria ser encabeçado pelo ditador, orientado pelos filósofos positivos.

Ainda sobre a questão da democracia Getúlio salienta que esta:

A experiência histórica já demonstrou, de modo insofismável, que a democracia é o regime adequado à índole do nosso povo e aos imperativos do seu progresso moral e material. Mas a democracia, no sentido que lhe emprestamos, não pode estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas à ação renovadora do tempo e à influência das realidades ambientes; ao contrário, deve revestir-se de plasticidade capaz de refletir o progresso social, aperfeiçoando-se, e de resistência combativa para defender-se quando ameaçada nos seus legítimos fundamentos (VARGAS, 2011, p. 354)

A ideia de que uma democracia deveria possuir plasticidade suficiente para dar conta do “progresso social” já demonstra um certo receio quanto ao papel do conceito na concepção do governante. Interessante que por mais que a democracia não fosse um valor estabelecido e fundamental na década de 1930 como se tornaria posteriormente a Segunda Guerra Mundial há uma preocupação no discurso de Getúlio de aparentar ser democrático talvez pela recente constituição ou pelo anos que passou no poder sem uma, tentando dessa maneira se afastar da ideia de um regime ditatorial. Tese que segue pelo parágrafo seguinte, no qual atenta que “As lições do passado evidenciam também que o Brasil é um país de ordem. Ordem e democracia que significam disciplina e liberdade, obediência consciente e acatamento ao direito. Repeliremos os surtos demagógicos, como não toleraríamos a tirania” (VARGAS, 2011, p. 354) novamente a ideia de ordem como fundamental e da equivalência da democracia a liberdade e de liberdade ao cumprimento dos direitos, ou seja, da constituição não cabendo nessa a tirania. Vargas finaliza este discurso atentando para o papel do esforço comum, de todos os setores, dos trabalhadores aos intelectuais, para manutenção da justiça e da ordem criando uma equivalência entre estes valores e

o regime.

No discurso de Proclamação do Estado Novo na noite de 10 de novembro de 1937, transmitido pelo rádio, Vargas explica as razões para o golpe de estado no qual se destaca o trecho:

Por certo, essa situação especialíssima só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social. A contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à ação governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas consequências (VARGAS, 2011, p. 358).

A justificativa inicial é de que a “ordem” estava em perigo, sendo este perigo exógeno ao governo não tendo meios dentro dele para conter a ameaça comunista. Mantendo as ideias de discursos anteriores de que o comunismo seria um perigo para a ordem e o progresso nacional. A manutenção da ordem política, econômica e social é base do argumento. Interessante notar como na situação de incapacidade de dar conta da contingência o organismo político precisa ser reestruturado pelo líder apontando para o papel do mesmo como ordenador total. Segue também uma crítica ao modelo político, de partidos:

Tanto os velhos partidos como os novos, em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos (VARGAS, 2011, p. 359).

Pois estes estariam incapazes de cumprir o papel que os compete, que tanto os antigos partidos como os novos careciam de conteúdo sendo apenas uma representação dos interesses de quem os liderava. Esse argumento é interessante pois se assemelha ao apresentado por Celi Pinto (1986) quando analisa o discurso do PRR, que se apresentava como um partido com uma doutrina estabelecida, um projeto político delimitado e se apresentava como conciliador dos interesses comuns e não apenas dos subgrupos que o compunham. Seguindo este argumento Vargas pronuncia:

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisória competição de grupos obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da nação (VARGAS, 2011, p. 359).

Para além da decadência dos partidos há uma decadência por parte dos representantes políticos, segundo Vargas, incapazes de dar sucessão ao governo que este vinha constituindo. E no qual a desordem começava a se espalhar devido à falta de qualificação do corpo político. Prosseguindo com uma crítica à democracia representativa:

Nos períodos de crise como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil (VARGAS, 2011, p. 359 - 360).

A democracia em sua forma partidária seria incapaz de dar continuidade ao progresso da nação, sendo já mais um entrave e uma ameaça a pátria, uma vez que seria uma brecha que ameaça à ordem e a harmonia. Sendo uma versão pública das ideias que Getúlio mantinha desde sua formação de crítica a democracia representativa que tem sua base positivista. A crítica é lançada também a constituição de 1934 na qual a uma relação interessante, segue:

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixará de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesmas criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e amenizar o poder público (VARGAS, 2011, p. 361).

Neste trecho Vargas cria um relaciona a constituição de 1934 a uma carta de nos moldes democráticos e liberais e a entende como falha, antiquada e incapaz. Denotando, desta maneira, uma série de adjetivos negativos a ela. O orador segue argumentando que diversos de seus pontos fundamentais estariam impossibilitados de serem conservados. Vargas joga sob a constituição anterior a incapacidade de resistir às instabilidades políticas, econômicas e sociais. Seria então esta estrutura institucional que deveria ser modificada e não o governo em si. O governo se mantinha apesar da constituição, há nessa relação uma criação de equivalências, a constituição é um entrave, sendo negativa, já o governo, dirigido por Vargas, tentava dar continuidade a ordem, sendo por consequência positivo. Podemos ver por estes meios que há um esforço para se desvencilhar, no campo discursivo, da estrutura constitucional estabelecida pelo próprio governo.

Para além da constituição ocorre também a crítica a um “legado maldito” no campo econômico:

O governo atual herdou os erros acumulados em cerca de vinte anos de artificialismo econômico, que produziram o efeito catastrófico de reter estoques e valorizar o café, dando em resultado o surto da produção noutros países, apesar dos esforços empreendidos para equilibrar, por meio de quotas, a produção e o consumo mundial da nossa mercadoria básica. Procurando neutralizar a situação calamitosa encontrada em 1930, iniciamos uma política de descongestionamento, salvando da ruína a lavoura cafeeira e encaminhando os negócios de modo que fosse possível restituir, sem abalos, o mercado do café às suas condições normais. Para atingir esse objetivo, cumpria aliviar a mercadoria dos pesados ônus que a encareciam, o que será feito sem perda de tempo, resolvendo-se o problema da concorrência no mercado mundial e marchando decisivamente para a liberdade de comércio do produto (VARGAS, 2011, p. 363).

Nota-se a tônica do equilíbrio econômico, que no Rio Grande do Sul era parte fundamental do projeto econômico do PRR. Há também um teor intervencionista forte, no qual se apresenta como papel do governo equilibrar a economia. Este trecho parece ser diretamente promulgado aos setores mais significativos da agricultura, os cafeicultores, como uma forma garantir a defesa de interesses do grupo.

No dia 31 de dezembro de 1937, às vésperas do novo ano, Vargas faz um pronunciamento no Palácio da Guanabara no qual expõe os feitos do Estado Novo e os projetos futuros. Dessa maneira o discurso se inicia enaltecendo o sacrifício necessário a este momento:

Tenho recebido do povo brasileiro, em momentos graves e decisivos, inequívocas provas de uma perfeita comunhão de ideias e sentimentos. E por isso mesmo, mais do que antes, julgo-me no dever de transmitir-lhe a minha palavra de fé, tanto mais oportuna e necessária se considerarmos as responsabilidades decorrentes do regime recém instituído, em que o patriotismo se mede pelos sacrifícios e os direitos dos indivíduos têm de subordinar-se aos deveres para com a nação (VARGAS, 2011, p.368).

A ideia de sacrifício e de dever está em consonância com as propostas de ditadura republicana de Comte, no qual se exalta não os direitos individuais, mas o altruísmo e o sacrifício pelo progresso da humanidade. O apelo patriótico não é algo exclusivo ao positivismo, mas a forma de colocá-lo é, especialmente pela ênfase ao coletivo em detrimento do individual. Na sequência Vargas enfatiza a importância da constituição de 1937 e como ela “adapta-se concretamente aos problemas atuais da vida brasileira” (VARGAS, 2011, p. 368).

A questão da supressão partidária é justificada a partir de:

Pelo primeiro, teve-se em vista suprimir a interferência dos interesses facciosos e de grupos na solução dos problemas de governo. O Estado, segundo a ordem nova, é a nação, e deve prescindir, por isso, dos intermediários políticos para manter contato com o povo e consultar as suas aspirações e necessidades. Pelo segundo, criou-se a Justiça nacional, fazendo desaparecer as contradições e anomalias da organização em que tínhamos tantas Justanças quantas as unidades federativas existentes. A codificação do Direito nacional, já iniciada, virá completar essa medida de notável alcance para o fortalecimento dos vínculos de coesão nacional (VARGAS, 2011, p. 368).

Os partidos aparecem novamente como uma degeneração, cujo princípio se perdeu e que passou a “interferir” nas questões do executivo. O fim dos partidos faria parte da supressão dos intermediários, se cria a equivalência entre estado e nação, e este seria o responsável por gerir as necessidades do povo. A criação de uma justiça nacional ocorre como parte do processo de centralização. Se no passado os positivistas defendiam o federalismo como princípio para a gestão autônoma dos seus estados, alcançada a esfera federal se reverte a posição. O conceito de “coesão” aparece como ponto significativo.

O discurso segue sobre o projeto futuro, de “marcha para o Oeste”, ou seja, a ocupação e industrialização do Brasil para além de sua faixa litorânea. Reforçando a ideia de progresso e do papel do estado no desenvolvimento do país, ideias já estudadas através do conceito de estado-providência de Bosi (2007) que tem como base a economia política positivista. Assim também faz promessas para o campo da educação, de criação de escolas com ênfase técnico, ponto no qual há relação com os projetos de educação desenvolvidos pelo PRR no Rio Grande do Sul, que criou escolas com ênfase técnico para formação de trabalhadores qualificado²⁹.

²⁹ Exemplo dessa medida é a Escola Técnica Estadual Parobé, também chamada Centro Tecnológico Estadual Parobé é uma das instituições de ensino técnico públicas brasileiras mais antigas, com sede em Porto Alegre, em Rio Grande do Sul. Foi fundado em 1 de julho de 1906 pelo professor-engenheiro João José Pereira Parobé, diretor da Escola de Engenharia, com o apoio e participação de diversos colegas professores. Nomeado inicialmente Escola Benjamin Constant, mais tarde Instituto Parobé.

Após garantir a continuidade da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores o ditador explicita:

A ordem e a tranquilidade públicas serão mantidas sem vacilações. O governo continua vigilante na repressão do extremismo e vai segregar, em presídios e colônias agrícolas, todos os elementos perturbadores, reconhecidos pelas suas atividades sediciosas ou condenados por crimes políticos. Não consentiremos que o esforço e a dedicação patriótica dos bons brasileiros venham a sofrer inquietações e sobressaltos originados pelas ambições personalistas ou desvarios ideológicos de falsos profetas e demagogos vulgares (VARGAS, 2011, p. 372).

Aqui aparece novamente a ideia de ordem como fundamento da nação a ser protegida com toda a repressão necessária. Novamente o conceito de pátria é mobilizado. Vargas finaliza este discurso argumentando que as forças armadas seriam o núcleo aglutinador da nação, que garantiria sua a manutenção de sua ordem e por esse motivo continuaria sendo reforçada.

Passando agora para o dia primeiro de maio de 1938, dia do trabalhador, Getúlio discursou exaltando o conjunto de leis, que garantiam a defesa do trabalhador, um dos marcos de sua passagem pelo poder. Nele expõe de início:

Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho! Em primeiro lugar, a ordem, porque na desordem nada se constrói; porque, num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adotar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade (VARGAS, 2011, p. 374).

Como apresentado anteriormente a ideia de ordem fundamental, nesse período, a construção discursiva de Vargas. Ordem aqui aparece como alicerce do desenvolvimento, da mudança, da capacidade de criação que movimenta o país. Se destaca nesse discurso também o papel da harmonia neste processo, harmonia essa promovida pelo estado como forma de integrar trabalhadores e empresários. Conforme podemos ver nas citações a seguir:

O governo não deseja, em nenhuma hipótese, o dissídio das classes nem a predominância de umas sobre outras. Da fixação dos preceitos do cooperativismo na Constituição de 10 de novembro deverá decorrer, naturalmente, o estímulo vivificador do espírito de colaboração entre todas as categorias de trabalho e de produção (VARGAS, 2011, p. 375).

Reforçado a partir de uma ideia de “cooperativismo”, expresso pelo “espírito de colaboração”. Destaca-se o trecho inicial no qual se visa através do governo diminuir o que algumas teorias chamam de “conflito de classe”. O discurso é finalizando com alguns pontos que merecem destaque:

Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional. É preciso, portanto, para a realização desse ideal supremo, que todos marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heroica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil! (VARGAS, 2011, p. 375).

No trecho em questão se reforça a visão orgânica da sociedade, que vai de encontro aos valores liberais, que prezam pela individualidade. Aqui se procura unificar através de pontos comuns. Nota-se também a necessidade de união para um bem maior ao qual se caminha ao encontro. Criando equivalência entre o regime e o progresso, sendo o governo o meio para se chegar à prosperidade. Estando nos seus projetos uma causa que vale se sacrificar.

O último do conjunto de discursos escolhidos para análise ocorreu no dia 13 de maio de 1938, essa data é significativa pois ocorre dois dias após o levante Integralista, ocorrido no dia 11. Esse discurso é importante pois marca o afastamento do governo com relação ao movimento Integralista, diretamente responsável na articulação do golpe de 1937. O discurso inicia com agradecimentos ao povo brasileiro que foi às ruas em “solidariedade” ao estado. Getúlio começa então a traçar equivalências entre os integralistas e os comunistas como percebemos na citação a seguir:

Assim como ontem, na defesa da integridade e da honra nacional, repelimos os extremistas da esquerda, enfrentamos, hoje, sem vacilações, os extremistas da direita. Ambos se equivalem nos seus meios e objetivos, e encontram igual repúdio na opinião pública (VARGAS, 2011, p. 376).

O discurso passa a fazer relação entre o movimento, dos antigos aliados, como valores negativos conforme se vê:

Existia, até pouco, um credo político que disfarçava os seus apetites de sinistro predomínio com as invocações mais caras e arraigadas em nossas consciências: Deus, Pátria e Família. Mas a impostura foi desmascarada. Em nome de Deus, que ordena o amor e o perdão aos próprios inimigos, ninguém pode assaltar e trucidar; a pátria exige a união de todos os brasileiros, empenhados em trabalhar pelo seu engrandecimento; e a família é incompatível com a violação de lares adormecidos, maculados pela violência e a brutalidade de assassínios (VARGAS, 2011, p. 376).

Se destaca a desconstrução dos valores do movimento, “Deus, Pátria e Família” e a ideia de um inimigo que “desmascarado”. Se apela aos valores cristãos para estabelecer os integralistas como contrários, e os quais o regime, por consequência, é favorável. Na sequência se ressalta o papel das forças armadas neste momento como defensores da nação. O discurso finaliza por um apelo ao povo brasileiro, em nome da pátria, como auxiliar. Conforme observamos na seguinte citação:

É preciso que este momento não passe como um episódio vulgar na nossa vida; é preciso que ele constitua o ponto de partida de uma ordem nova. Eu constituo o povo brasileiro em auxiliar permanente do Estado; eu o constituo em legião para a defesa permanente dos interesses da pátria! (VARGAS, 2011, p. 376).

Novamente a pátria aparece como objeto a ser defendido, e que os inimigos da ordem sejam superados. Notamos que nos três anos, o anterior, o posterior e o anos de 1937, os discursos de Vargas permanecem num mesmo tom, ainda que proferidos com objetivos diferente. Se destacam os vocabulários e as ideias presentes no mesmo que demonstram de forma significativa as ideias positivistas que constituem seus discursos.

Conclusão:

Este trabalho se iniciou com uma questão norteadora, na introdução questionou-se qual o papel do pensamento político e das ideias, de uma forma geral, na formação de líderes políticos e como estas ideias podem se refletir na sua ação prática. Questionamento que explora, desta forma, a ligação entre teoria e a prática, teoricamente orientada. Getúlio Vargas foi o objeto de estudo deste trabalho, sendo apresentado a partir desta relação. Entre ideias fundamentais sobre a política e a sociedade e o projeto político dela decorrente

O conceito de pensamento político, conforme estabelecido no capítulo primeiro, apresentou-se como um termo profícuo para o estudo aqui desenvolvido. Seu recorte, que se baseia na distinção a outros dois termos, serviu de forma competente ao circundar a questão que se buscava explorar. O pensamento político se apresenta como aquilo que se tem em mente ao se falar, refletir ou agir sobre questões políticas. E se tratando de agente políticos, propriamente ditos, este termo oferece recursos analíticos interessantíssimos. Por mais que Faoro, em sua formulação, não o tenha elaborado para fundamentar apenas esse tipo de estudo, de um agente político específico, no caso do recorte aqui desenvolvido o conceito conseguiu circundar tanto o movimento positivista que se desenvolveu no Brasil quanto seu papel para Getúlio Vargas. Estabelecendo uma ponte entre eles que torna possível sistematizar o pensamento de Vargas. Pois segundo Faoro:

O pensamento político está dentro da experiência política, incorporado à ação, fixando-se em muitas abreviaturas, em corpos teóricos, em instituições e leis. A idéia, por essa via, faz-se atividade, não porque fruto da fantasia ou da imaginação, mas porque escolhida, adotada, incorporada à atividade política. (FAORO, 1987, p. 5 – 6).

O Pensamento Político de Vargas, então, estaria indissociável do projeto político que o mesmo apresentou. Sendo sua expressão máxima no período do Estado Novo, no qual novas instituições foram criadas e o estado se tornou o agente político, social e econômico mais significativo. Faoro aponta ainda que:

A prática política descende, portanto, da ética, mas não é a ética, embora ambas participem da razão prática. A atividade que está no pensamento político participa do campo do ser, sem que seja mero valor: é o ser que se desenvolve num mundo de valores (FAORO, 1987, p. 7).

Assim sendo o pensamento político é a representação do ser, seja ele um agente individual ou coletivo. No qual sua visão de mundo se apresenta de forma direta. Pela junção de valores, ideias e trajetórias. Nesse processo tanto a formação intelectual quanto política de Getúlio são relevantes, também sua história de vida,

explorado em suas muitas biografias. O florescimento de movimentos de base positivista no Brasil, assim como o desenvolvimento do PRR no Rio Grande do Sul e mais ainda a ligação da família Vargas com esse movimento fez toda a diferença na trajetória de Getúlio, que mediante tal conjunto de ideias e valores os incorporou.

Como dito no capítulo segundo, abordasse o pensamento de Vargas a partir da filosofia positivista expandindo um horizonte ainda não explorado de forma tão direta. O papel do positivismo já foi abordado e estudado com grande competência pelos autores expressos nas bibliografias aqui utilizada e ainda por outros tanto estudiosos das ciências sociais. Este pensamento que se popularizou mais nos países da América Latina do que em sua própria nação produtora (TRINDADE, 2007) serviu de suporte a movimentos significativos, em especial aqui no Brasil. Cujas raízes parecem ter penetrado no pensamento político brasileiro, no sentido mais amplo que o conceito possa ter. Promovendo e sustentando ideias autoritárias, através de sua peculiar visão republicana. A ambiguidade e as contradição que andam ao encontro da filosofia positivista permitiram, aos movimentos que se formaram, a partir dela operar com um plasticidade discursiva ao mesmo tempo que com uma rigidez doutrinária, que segundo interpretações como a de Pinto (1986) permitiu seu sucesso.

No caso do Rio Grande do Sul uma grande quantidade de proeminentes líderes políticos possuíram relação, se não por toda a vida ao menos na juventude, com o Partido Republicano Riograndense. O partido consolidou o discurso republicano na região, tendo importância especial desde os primeiros anos da república. O pensamento político positivista se consolidou no Rio Grande do Sul através de da constituição autoritária de 1891. Que promulgava o governo do estado como promotor do desenvolvimento econômico e social e o detentor do controle político.

A experiência do PRR foi um precursor do projeto que se desenvolveria no Estado Novo, no qual demonstrou-se a ligação direta. Getúlio além de membro do PRR, passou por diversos cargos políticos no seu estado. Desta maneira conhecendo não só a teoria mas as práticas da política positivista deste partido. Sem ser apenas uma representação homogeneia do movimento, Getúlio desde cedo se destacou por sua capacidade de congregar necessidades, tanto de aliados quanto de opositores. Conforme destacado por Bosi (2007) Getúlio fazia um esforço de manter a ordem entre os diversos setores com mais proeminência do que alguns de seus correligionários de partido, como Borges de Medeiros por exemplo, e esta se tornou uma marca de seus governos, deixando explícita a noção harmônica de sociedade.

Este fato demonstra que o pensamento político, desta maneira, não se estabelece de forma homogênea mesmo dentro do mesmo conjunto de ideias.

Para além do seu período de formação Getúlio Vargas após alcançar o poder federal não deixou para trás nem o vocabulário positivista e tampouco as ideias. Seu projeto de governo refletia de alguma forma a visão de mundo que marcou a filosofia positiva. Não perdendo suas características de político, permaneceu defendendo os interesses dos diversos setores da sociedade, hora favorecendo um, hora favorecendo outro. Ainda que como se vê em seus diários com um desprezo a diversos deles. Essas medidas faziam com que o ditador se colocasse “acima” da política convencional.

No campo discursivo, como demonstrado, permaneceu utilizando algumas táticas similares a do PRR, comuns a mecânica populista. De que criar equivalência entre opositores e ideias negativas. Estabeleceu como seu inimigo o comunismo e posteriormente alguns de seus aliados também, os integralistas. A crítica ao comunismo se baseava de maneira geral numa noção positivista da sociedade, enquanto um organismo harmonioso e ordenado, ao qual esse movimento oferecia um perigo.

As ideias positivistas presentes nos discursos de Vargas não são um esforço de promulgar estas ideias como dominantes no debate público mas demonstram uma consequência de sua formação. É o meio pelo qual se apresenta seu pensamento político. Sendo parte do conjunto de valores que norteiam o ditador. É pela suas palavras e suas ações que se faz transparecer o papel do positivismo para sua visão da política. Nos seus discursos alguns dos termos positivistas transpassaram os anos. Mesmo os anteriores e os posteriores ao Estado Novo, certas palavras e conceitos não cessaram em sua explanação pública.

Ainda que seus discursos visavam, por vezes, dialogar com um público específico, como os industriários ou militares e etc., certas ideias permaneciam presentes. Destacam-se termos como ordem, harmonia, progresso, desenvolvimento. A visão orgânica do social e sua defesa de um todo harmonioso aparecem com frequência, servindo de justificativa a certos esforços. Se seu regime suprime os partidos é em nome da causa nacional, se se estabelecem inimigos é a partir de metáforas biológicas.

Sem escrever artigos ou teses Getúlio Vargas fazia a defesa de ideias e

estabelecia seus meios de aplicação, por vezes até de forma mais eficiente que o texto. O pensamento político de Getúlio Vargas é, como se podia imaginar, resultado de um conjunto de fatores. Ao qual a sua sociedade e a política brasileira do seu tempo não podem ficar de fora. Para além de ser apenas um líder populista com gosto pelo poder havia em suas ações um projeto sedimentado em ideias, mais ou menos testadas. Seu autoritarismo não era apenas resultado de seu caráter ou sua psicologia mas de uma visão de sociedade, de economia, de política e de história filosoficamente bem definida e argumentativa bem sedimentada que o governante interiorizou durante sua formação.

Getúlio Vargas e o Estado Novo são reflexo de um movimento político e intelectual que por aqui se estabeleceu. Através dele se percebe uma faceta do pensamento político brasileiro que se propagou nos primeiros anos da república e que no início do século XX se estabeleceu na prática, chegando ao seu auge. Servindo de suporte ao primeiro regime autoritário dirigido por um civil da história de nosso país.

A ideia deste trabalho não é de dar o veredicto sobre o pensamento de Vargas, tampouco se esgotaram os argumentos favoráveis a visão aqui apresentada ou mesmo se dissipam as ideias contrárias. O caráter exploratório foi definidor dessa pesquisa. Explorar temas como estudo de agentes políticos, conceitos como o de pensamento político, estudar Vargas enquanto uma possibilidade na teoria política, há nestes esforços uma vontade de explorar. Nenhum dos temas até aqui abordados foi esgotado, se este esforço conseguiu abrir mais um janela de possibilidades na casa que se define como ciência política não cabe a este que escreve responder. Há dentre o conjunto de possibilidades que por aqui se explorou caminhos de continuidade para o entendimento deste complexo conceito, há muito ainda a ser escrito sobre o pensamento político brasileiro.

Bibliografia:

ALONSO, Ângela. De positivismo e positivistas: Interpretações do positivismo brasileiro. **O Positivismo: Teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2007. P. 147-179.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico** / Raymond Aron; tradução de Sperglio Bath – 5 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BARATA, Hamilton. Nietzsche triunfante. **Cad. Nietzsche**, São Paulo , v. 36, n. 1, p. 197-200, jun. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-82422015000100197&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2316-82422015v3601hb>.

BRANDAO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 2, p. 231-269, June 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582005000200001>

BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-Providência: sobre um enxerto de idéias de longa duração. In: TRINDADE, Hélió. **O Positivismo: Teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2007. p. 193-228.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

CARVALHO, José Murilo de. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo. In: TRINDADE, Hélió. **O Positivismo: Teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2007. p. 179-193.

ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista**. 2. Ed. Petrópolis. RJ. Vozes, 2014.

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro?. **Estud. av.**, São Paulo , v. 1, n. 1, p. 9-58, Dec. 1987 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141987000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141987000100004>.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. AS FONTES DO PENSAMENTO DE VARGAS E SEU DESDOBRAMENTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Intérpretes do Brasil; leituras críticas do pensamento social brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. p. 103-124.

NETO, LIRA. **GETÚLIO 1 (1882-1930)**: Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo**: Um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&pm, 1986.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **O momento comtiano** [tese] : república e política no pensamento de Augusto Comte / Gustavo Biscaia de Lacerda; orientador, Ricardo Virgilino da Silva. - Florianópolis, SC, 2010. 496 p.: grafs., tabs.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Comtianas brasileiras**: ciências sociais, Brasil e cidadania ; Gustavo Biscaia de Lacerda. - 1.ed. – Curitiba: Appris, 2018. 289 p.

PLATÃO. **A república** (Tradução: J. Guinsburg). São Paulo: Perspectiva, 2006.

PETIT, Annie. História de um sistema: o positivismo comtiano. In: TRINDADE, Héglio. **O Positivismo**: Teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2007. p. 19-33.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. **Influências do positivismo na formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro**. Revista Econômica, volume 18, número 1, jun.2016. 16 p.

SÊGA, R. A. **O IDEÁRIO DO ESTUDANTE GETÚLIO VARGAS: Uma análise de seus escritos nos tempos de acadêmico da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1903 – 1907)**. 2017. 63 f. Relatório (Pós-Doutorado) - Curso de Pós-graduação Multidisciplinar em Culturas e Identidades Brasileiras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, R. V. da. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. [s.l.] : Chapecó: Argos, 2004.,[s.d.]. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07205a&AN=uls.208281&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

SKINNER, Quentin. Significado e compreensão na história das ideias. In: SKINNER, Quentin. **Visões da Política**: Questões metodológicas. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 81-126.

STRAUSS, L. Introdução in STRAUSS, L. e CROPSEY, J. 2013. **História da Filosofia Política**. 1ª. ed., Chicago, Editora Forense Universitária.

RIBEIRO, João. **O que é Positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção primeiros passos; 72).

REIS, Ernani. **Nietzsche e Getúlio Vargas**. Cad. Nietzsche, São Paulo, v.36 n.1, p. 179-182, 2015.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. **Curso de introdução ao pensamento político brasileiro** A ditadura republicana segundo o apostolado positivista. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 3 v.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. **Curso de introdução ao pensamento político brasileiro** O castilhismo, O Trabalhismo pós 30. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 4 v.

TRINDADE, Héglio. Prefácio. In: TRINDADE, Héglio. **O Positivismo: Teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2007. p. 11-19.

VARGAS, Getúlio. **Leia a íntegra do discurso de formatura de Getúlio Vargas**. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2012/05/1091097-leia-a-integra-do-discurso-de-formatura-de-getulio-vargas.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

VARGAS, Getúlio, 1883-1954. **Getúlio Vargas** / organização, Maria Celina D'Araujo. — Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 793 p. — (Série perfis parlamentares ; n. 62)